



UNIVERSIDADE DO MINDELO

Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais

LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

O caso da Assembleia Municipal

ROMINA PIO SILVA

Mindelo, 2015

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

ROMINA PIO SILVA

TÍTULO: IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Monografia desenvolvida para
cumprimento dos requisitos necessários
a obtenção do grau de *Licenciatura em*
Ciência Política e Relações
Internacionais da Universidade do
Mindelo.

Orientador: Mestre Arcádio Lopes

Mindelo, 2015

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Autora: Romina Pio Silva

Título: Igualdade de Género no Poder Local em São Vicente
Caso da Assembleia Municipal

Declaração de Originalidade

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia

A Candidata,

Romina Pio Silva

Mindelo, 30 de Dezembro de 2015

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

À minha tia Hírdina Inocência e ao meu tio Paulino Inocência

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais esta etapa, pelas pessoas que me tem colocado na vida, especialmente aos meus tios (pais), pela força, pelo amor tanto efectivo como afectivo, que sempre me acompanharam ao longos dessa etapa. Agradeço também a todos os professores que me acompanharam, principalmente ao meu Orientador Mestre Arcadio Lopes, pelo despertar do tema e pelo apoio e tempo disponibilizado ao longo do curso e do trabalho, agradeço particularmente ao Professor Engenheiro Emanuel Spencer, e á coordenadora do nosso curso, Mestre Risanda Soares pelo apoio. Aos meus familiares, amigos, colegas especialmente, Aniria Almeida, Helton Delgado pela disponibilidade em ajudar sempre, a Viviane Andrade, Kevin sousa, Maysa, Loruama, Rosina, Ailine. Por ultimo um especial agradecimento também à Jandira, ao professor Alfredo Brito pelas informações e documentos partilhados.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

RESUMO

Falar da construção de igualdade de género remete a um olhar para a trajetória das mulheres, como elas foram se colocando ao longo da história, sendo elas muitas vezes sub-representadas, ou mesmo consideradas seres inferiores. Foi e é preciso luta, resistência e organização para que elas pudessem sair dessa invisibilidade.

Intitulado igualdade de género no Poder Local, caso da Assembleia Municipal de São Vicente, este trabalho de investigação pretende analisar a evolução das mulheres na política em Cabo Verde e a igualdade de género no poder local mas propriamente na Assembleia Municipal de São Vicente.

O trabalho encontra-se estruturado em 3 capítulos, primeiramente uma breve contextualização do tema igualdade de género, sendo ela produto de relações sociais, recorrendo às lutas dos movimentos feministas, para uma melhor compreensão da evolução das mulheres. No segundo capítulo abordamos alguns conceitos relacionados com o tema do presente trabalho e o terceiro capítulo encontra-se o estudo feito na Assembleia Municipal como forma de ver as questões de género em relação aos eleitos municipais.

Palavras-chave: género, igualdade de género, participação política, Assembleia Municipal.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

ABSTRAT

Speaking of construction of gender equality refers us to a look at the trajectory of women, how they position themselves along the history, how often they were under represented, or even considered inferior beings. It was and it is necessary to struggle, resistance and organization so that they could get out of this invisibility.

Entitled equality of gender in Local government, for example the City Council of São Vicente, it aims to analyze the evolution of women in politics in Cape Verde and equality of gender in local government but properly in the City Council of São Vicente.

This paper is structured in three chapters, first a brief contextualization of the gender issue, it being the product of social relations, using the struggles of feminist movements, for a better understanding of the evolution of women. In the second chapter we discuss some concepts related to the topic of paper and the third chapter is the study done at the City Council as a way of looking at gender issues regarding the members of the City Council.

Keywords: Gender, Gender Equality, Political Participation, The City Council.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

SIGLAS:

CNE-Comissão Nacional de Estatísticas

CEDAW-Comissão para Eliminação da Discriminação Contra a Mulher

OMCV-Organização das Mulheres de Cabo Verde.

INE- Instituto Nacional de Estatísticas

ICIEG-Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género

BO- Boletim Oficial

ONU-organização das Nações Unidas

PAIGC-Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PAICV-Partido Africano da Independência de Cabo Verde

MPD- Movimento para a Democracia

UCID-União Cabo-verdiana Independente Democrática

MRSV- Movimento para o renascimento de São Vicente

ADS – Alternativa Democrática São Vicente

PTS- Partido do trabalho e da solidariedade

AM-Assembleia Municipal

CM-Câmara Municipal

CRCV-Constituição da República de Cabo Verde

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO	VI
ABSTRAT.....	VII
SIGLAS:.....	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I.....	4
Enquadramento histórico e contextualização.....	4
1-A Problemática do Género e seu Enquadramento	4
1.1-Movimentos Feministas Fases e Repercussões.....	6
1.2- Discurso de Legitimação da Desigualdade de Género.....	8
1.3-O conflito Feminista pela Igualdade na Diferença.....	11
1.4-A Integração da Dimensão de Género nas Políticas Mundiais	12
METODOLOGIA	43
CAPITULO II	15
II. Quadro teórico de análise (conceitualização)	15
2.1 Género	15
2.1.1.Mecanismos Institucionais Para a Igualdade de Género em Cabo verde	17
2.1.2. As Organizações Da Sociedade Civil.....	17
2.2 Desigualdades	18
2.2.1-As Desigualdades como Produto das Relações Sociais	19
2.2.2-As Desigualdades em Cabo Verde.....	23
2.3-Participação Política.....	26
2.4-A Situação da Mulher Cabo-verdiana Passado e Presente.....	27
2.5-Participação Feminina em Cabo Verde.....	28
2.6-As mulheres nas autarquias Locais	33
2.7 - Lei de Quotas	38
CAPÍTULO III – Análise de dados.....	44
Confrontação das hipóteses.....	60
Hipótese 1- Na Assembleia Municipal existe igualdade de participação.....	60
Hipótese 2- Os eleitos Municipais de São Vicente garantem igualdade de género na Assembleia Municipal.....	60
CONCLUSÃO	62
BIBLIOGRAFIA.....	65

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

ANEXO.....	69
Anexo 1 - Tabelas dos dados do Questionários	69
Tabela 26.1 -.....	71
Tabela 26.2 -.....	71
Tabela 26.3	71
Tabela 26.4 -.....	71
Tabela 26.5	71
Tabela 27 -.....	72
Tabela 28 -.....	72
Tabela 29 -.....	72
Tabela 30 -	73
Tabela 31 -.....	73
Tabela 32 -.....	73
Tabela 33 -.....	74
Tabela 34 -	74
Tabela 35 -.....	74
Tabela 36 -.....	75
Tabela 37 -.....	75
Tabela 38 -.....	75
Tabela 39 -.....	75
Tabela 40 -.....	76
Tabela 41 –	76
Tabela 42 –	76
Tabela 43 –	77
Tabela 44 –	77
Tabela 44 –	78

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1:.....	24
Quadro 2:.....	24
Quadro 3:	25
Quadro 4:.....	25
Quadro 5:	30
Quadro 6:.....	31
Quadro 7:.....	32
Quadro 8:.....	33
Quadro 9:.....	34
Quadro 10:.....	34
Quadro 11:.....	35
Quadro 12:	35
Quadro 13:.....	36
Quadro 14:.....	36
Quadro 15:.....	37
Quadro 16:.....	37

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 1:	44
Gráfico 2:	44
Gráfico 3:	45
Gráfico 4:	45
Gráfico 5:	46
Gráfico 6:	46
Gráfico 7:	47
Gráfico 8:	47
Gráfico 9:	48
Gráfico 10:	48
Gráfico 11:	49
Gráfico 12:	49
Gráfico 13:	50
Gráfico 14:	51
Gráfico 15:	51
Gráfico 16:	52
Gráfico 17:	52
Gráfico 18:	53
Gráfico 19:	53
Gráfico 20:	54
Gráfico 21:	54
Gráfico 22:	55
Gráfico 23:	55
Gráfico 24:	56
Gráfico 25:	56
Gráfico 26:	57
Gráfico 27:	58
Gráfico 28:	59

INTRODUÇÃO

As relações humanas passaram nos últimos anos por profundas transformações. Não obstante essas mudanças, a paridade entre homens e mulheres concretamente no campo, político ocorre de forma tímida.

Existem diferentes tipos de desigualdades sociais no mundo contemporâneo como exemplo as desigualdades de recursos e oportunidades, desigualdades vitais e existências e intersecções de desigualdade de justiça social e políticas públicas (Costa S. , Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático, 2011)

Neste sentido pode-se dizer que as desigualdades são-nos de algum modo habitual ou mesmo familiar, e uma das formas dessas desigualdades são as desigualdades de género.

Entretanto a problemática da sub-representação política das mulheres em todos os órgãos do poder político tem recebido muita atenção nos últimos anos, principalmente nos últimos 20 anos, em quase todas as democracias contemporâneas.

A participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui uma condição e ferramenta importante de consolidação do sistema democrático, neste sentido as leis são necessárias para promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso aos cargos políticos.

Dado a evolução no mundo contemporâneo analisar a participação na sua condição feminina, facto que nos tempos passados, mais concretamente no século XVIII, não se encontram registos da presença das mulheres nos ditames políticos, o que leva Mill (2014) a afirmar que elas eram destinadas ao casamento, a maternidade e que eram somente para a recreação dos homens. Classificavam as mulheres como segunda categoria, e tinham que viver sob a tutela do sexo oposto; assim a natureza biológica as faria inferior em força e em dignidade.

A consolidação da democracia tem contribuído para o aumentar do número de mulheres em vários sectores, como em cargos políticos. Portanto, são várias as mudanças e medidas adotadas que, aos poucos abriram e aumentaram a possibilidade de uma maior participação das mulheres.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Este assunto tem sido presente e tem ganho cada vez mais importância em Cabo Verde, onde são várias as organizações que têm vindo a trabalhar no que tange à igualdade e equidade de género.

No caso de Cabo Verde Lopes (2013) defende que em termos de participação política as mulheres estão mal representadas, contudo, há sinais evidentes de novos tempos que encetam novos caminhos, em que muitos deles ainda não sabemos trilhar, mas já fazem parte do presente de todos nós.

Intitulado igualdade de género no poder Local em São Vicente o caso da Assembleia Municipal, o presente trabalho de conclusão de curso, pretende analisar e compreender as desigualdades existentes no poder local em São Vicente.

A escolha deste tema deve-se propositadamente ao facto de ser um tema pertinente e de grande interesse para a ciência política, com o objetivo de contribuir para uma reflexão sobre a relação entre as questões da desigualdade de género no seio do poder local, fenómeno esse que tem sido debatido por vários autores tanto a nível nacional como internacional.

Trata-se de um assunto muito interessante e com um vasto campo de atuação, por isso procurou-se tratar os aspetos que consideramos mais importantes e ao longo da sua abordagem feita à volta de vários autores e de dados provenientes do ICIEG, do INE, e de outras fontes mencionadas.

A investigação visa responder a seguinte pergunta de partida- Ate que ponto se pode falar que existe sim ou não igualdade de género na Assembleia Municipal de São Vicente?” -, Tendo em conta as hipóteses de resposta: Hipotese1-Na Assembleia Municipal existe igualdade de participação; Hipótese 2- Os eleitos Municipais de São Vicente garantem igualdade de género na Assembleia Municipal.

A principal finalidade da pesquisa é compreender, analisar a participação entre mulheres e homens na política no Poder Local em São Vicente, e qual a sua implicação para uma boa governação no que concerne a política local.

O referido tema foi estruturado em 3 capítulos, onde no primeiro capítulo abordaremos as questões mais gerais do enquadramento teórico.

Nesse sentido, começou-se por enquadrar a problemática do género a nível mundial, através de uma referência histórica e social da evolução do papel da mulher na sociedade e no trabalho nos países ocidentais.

O capítulo seguinte aborda o tema central deste trabalho, que consiste na análise da participação das mulheres na vida política e partidária (ao nível Africano e em Cabo

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Verde), através de uma referência aos fatores que dificultam a participação das mulheres na esfera decisional, especificamente, do poder local, salientando-se também, a este nível, o papel do Poder Local na promoção da igualdade de género.

Abordamos questões tais como: Noção de participação política, participação política de desigualdade\ igualdade, e por fim o conceito de Género.

Far-se-á, de seguida no terceiro capítulo, uma apresentação dos estudos de caso, pelo recurso a uma perspetiva analítica, relacional e crítica da análise das desigualdades de género no poder local.

Objectivos:

Objectivo geral

Compreender a disparidade que existe na participação entre homens e mulheres na política, particularmente no poder local em São Vicente, no período 1990 a 2011.

Objetivos Específicos:

Analisar como é que a desigualdade do genero afecta a participação da mulher na politica

Analisar a participação da mulher na politica em cabo verde no periodo de 1990 a 2011.

Perceber se existe sub representação das mulheres no poder local mais especificamente na Assembleia Municipal de São Vicente

Verificar as implicações da Lei de quotas sobre a participação das mulheres nas assembleias municipais em cabo verde(são vicente)

O referido trabalho foi estruturado em 3 capítulos, onde no primeiro capítulo fizemos uma abordagem teórica da contextualização do tema e o seu enquadramento histórico, onde se fez um breve apanhado do tema género, e também um breve percurso dos movimentos feministas, fases e repercussões. No segundo capítulo abordaremos alguns conceitos que achamos de extrema importância para o desenvolvimento do tema, como, conceito de género, participação política, desigualdades. E no último e terceiro capítulo, faremos a análise dos dados recolhidos por meio de questionários aplicados na AM de São Vicente.

CAPITULO I

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO.

Para compreender e analisar sobre Género é necessário conceituá-lo e, tendo em conta o carácter histórico deste conceito, significa identificá-lo no contexto na qual se insere e a qual se relaciona num determinado período histórico.

1-A PROBLEMÁTICA DO GÉNERO E SEU ENQUADRAMENTO

De acordo com as normas jurídicas internacionais e nacionais, independentemente, da raça, sexo, religião todos os seres humanos são iguais, mas o cumprimento desse princípio é uma realidade remota, exclusivamente no que se refere à situação social dos homens e das mulheres.

A Igualdade entre Mulheres e Homens, ou Igualdade de Género, significa igualdade de direitos e liberdades para a igualdade de oportunidades de participação, reconhecimento e valorização de mulheres e de homens, em todos os domínios da sociedade, político, económico, laboral, pessoal e familiar.

Não obstante com o passar dos tempos o modelo familiar tradicional foi se modificando, devido a um conjunto de importantes transformações nas sociedades industrializadas. Transformando a construção social dos papéis de género em função do sexo, hierarquizando e diferenciando a conceção do masculino e feminino. Portanto a relação que se estabelece entre os seres humanos, é produto de uma construção social e vê-se condicionada pelo sexo.

Desde a antiguidade que as mulheres vêm-se subordinas em relação aos homens, segundo Lopes (2013) exclusão das mulheres já se encontra na polis grega. Vários motivos foram utilizados para justificar tal exclusão: menor inteligência, dedicação familiar, dependência do homem, desinteresse pela política (Martins M. , 2004). Por isso que é de extrema importante falar da igualdade de género de modo a procurar soluções para o melhor combater este problema que afeta atualmente as sociedades.

Nesta perspetiva que varias são as instituições a nível mundial que tem vindo levar a cabo uma série de medidas para fazer frente a esta situação.

As instâncias internacionais, com base em princípios assumidos em instrumentos estratégicos que estabelecem as normas pelas quais os Estados Membros se devem

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

reger, como a Carta das Nações Unidas. Portanto a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção para eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (CEDAW), a Convenção dos Direitos Humanos, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, entre outros têm desempenhado um papel de extrema importância na promoção de políticas de igualdade.

Analisar a desigualdade de género remete a uma análise profunda da trajetória das mulheres ao longo da história.

Portanto campo de estudo do género surgiu com os movimentos de mulheres. Iniciou sem prestígio académico, depois foi ganhando autonomia de campo de pesquisa académica atingindo hoje status mais consistente. (Andrade & Abreu, 2011).

Contudo a palavra género foi usada nos anos 70 por Ann Oakley e outros autores para descrever aquelas características de mulheres e homens que são socialmente determinados em contraste com aqueles que são biologicamente determinados. (Williams, 1999)

Nesta linha de pensamento o conceito de género, que foi desenvolvido pela teoria feminista na década de 1980 e mais tarde discutido por Scott (1990), refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. (Andrade & Abreu, 2011)

As diferenças de género raramente são neutras – em quase todas as sociedades, o género é uma forma significativa de estratificação social. O género é um fator crítico na estruturação dos tipos de oportunidade e das Hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam influenciando fortemente os papéis que desempenham nas instituições sociais, da família ao Estado.

(GiDDENS, 2001)

Não obstante as relações de género são construídas historicamente através de uma hierarquia/antagonismo de género, caracterizadas pela dominação masculina e subalternidade das mulheres, ou seja, por uma assimetria no que se refere a posições e espaços ocupados por homens e mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. (Santana, 2010)

1.1-Movimentos Feministas Fases e Repercussões

Para Faria (1999) “a sub-representação feminina nos órgãos do poder político insere – se claramente, no problema mais vasto do acesso pleno das mulheres às diversas esferas da vida económica, social e cultural, bem como dos obstáculos ou resistências que se colocam neste processo.

Segundo Mill (2014) é de extrema importância analisar a participação política abordando o papel que os movimentos feministas tiveram e tem principalmente nos dias de hoje, uma vez que, foram esses que impulsionaram as mulheres a começarem uma luta sem precedentes rumo aos seus direitos, por isso é de extrema importância abordarmos o seu conceito, e a sua contribuição para a história das mulheres.

Portanto os estudiosos do tema, em geral, coincidem em que o feminismo, conhecido hoje como movimento que critica as desigualdades entre homens e mulheres, tem como antecedentes determinados factos históricos que tiveram lugar no séc. XVIII. (Gomes, 2011)

Entenderemos por feminismo lo relativo a todas aquellas personas y grupos, reflexiones y actuaciones orientadas a acabar con la subordinación, desigualdad, y opresión de las mujeres y lograr, por tanto, su emancipación y la construcción de una sociedad en que ya no tengan cabida las discriminaciones por razón de sexo y género.” Es una ideología plural y diversa com un solo objetivo político: transformar la situación de subordinación de las mujeres en todo el mundo.

(Facio
& Fries, 2005)

Esse movimento nasceu nos Estados Unidos, na segunda metade da década de 60, e se desenvolveu rapidamente para todos os países industrialmente avançados, entre 1968 e 1977. (Bobbio, 1989).

Segundo Monteiro (2009) as lutas feministas foram direcionadas sobre tudo para a conquista dos direitos legais e cívicos das mulheres, insistindo em questões como o direito a educação ou o direito ao voto. Esta vaga feminista marcada pelos

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

movimentos sufragistas teve maior expressividade nos EUA e na Inglaterra. (Monteiro E. F., 2009)

Segundo Mies e Shiva (1993) declaram que foi graças a esses antecedentes, é que houve “ [...] tendência de reflexões que resultam da nossa participação nos esforços das mulheres de mantermos vivos os processos que nos sustentam” (Mies & Shiva, 1993)

Não obstante a revolução Francesa, foi uma delas com os seus ideais de fraternidade, igualdade e liberdade dos cidadãos. Estes ideais calaram fundo no seio das mulheres francesas que os compartilham, por acreditarem que se destinam a todos, sem distinção de sexo. (Gomes, 2011).

“A princípio elas iniciaram a sua luta de forma cautelosa e discreta, Só que quando verificaram que as suas investidas tímidas não eram coroadas de êxito resolveram optar por medidas mais radicais”

(Nathaniel, 1979)

No entender de Gomes (2011) apesar de elas terem apoiado o momento da revolução com fervor, rapidamente se aperceberam que havia um grande equivoco, o Código Napoleónico que foi adotado por vários países da Europa, as mulheres haviam sido claramente excluídas e somente os homens dispunham desses tais direitos, e assim começaram a lutar por esses direitos.

Esses direitos que lhes foram negados dão lhes mais impulso e começaram a unir-se em organizações com a finalidade de juntas batalharem pela sua emancipação. Organizações essas que ganharam estrutura e expandiram-se mais tarde por todo o século XX.

A revolução industrial é um outro antecedente que surge na segunda metade do século XVIII, na Inglaterra. Trata-se de uma revolução lenta, mas imparável, que provoca mudanças profundas na sociedade inglesa: os camponeses abandonam os campos rumo às cidades; as mulheres saem das casas e incorporam-se no mundo do trabalho, e forma-se, assim, uma nova classe de profissionais” (Gomes, 2011)

Perante estes cenários as mulheres detinham um papel muito importante e esperavam ser reconhecidas de imediato, mas o tal não aconteceu, logo começaram a exigir o voto, o que marcou o início de um percurso muito lento e difícil.

Vários foram os que tiveram ‘presentes nestas lutas como “em 1867 o filósofo e economista John Stuart Mill proferiu, em um discurso perante o Parlamento Inglês em defesa dos

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

direitos das mulheres ao voto e, depois anos mais tarde, publicou um livro no qual protestava contra a discriminação a que era sujeita a mulher ” (Nathaniel, 1979)

Esta intervenção de Nathaniel, *foi de grande* incentivo para elas, pois possibilitou maior encorajamento e engajamento, uma vez que passaram a ter uma visão ampla de que não estavam sozinhas nessa lenta e dolorosa luta por esse voto.

Segundo Gomes (2011) a lei do sufrágio feminino foi atribuída anos mais tarde em 1917, depois das mulheres terem procurado apoios parlamentares e de estarem determinadas a alcançar os seus objetivos de forma legal e democrática.

O movimento feminista é um movimento sócio cultural, que luta justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres, sobretudo, luta para garantir os direitos humanos, principalmente o das mulheres em função do alto nível de violência e discriminação que padecem (LISBOA, 2010)

No entender de Mies e Shiva (1993) o objetivo é ir mais além desta perspetiva estreita de voto, mas sim mostrar ao mundo as suas qualidades, realçando desigualdades inerentes numa ótica mundial, criticando as situações de dominação do homem sobre a mulher.

1.2- Discurso de Legitimação da Desigualdade de Género

Para que se possa melhor entender as desigualdades de género, achamos de extrema importância conceituar primeiramente neste trabalho alguns mitos de forma geral através de alguns autores, para demonstrar a importância de compreender o presente com base no passado de forma a melhorar o nosso presente.

Segundo Colouris (2004), género é uma categoria de análise histórica, porque exige a análise de relação entre as experiencias masculinas e femininas do passado e a ligação entre essa história e as praticas atuais.

Não obstante vários são os discursos de legitimação utilizados para a desigualdade de género.

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Na Grécia antiga os mitos contavam que devido a curiosidade do seu sexo, Pandora¹ tinha aberto a caixa de todos os males do mundo, e em consequência as mulheres eram responsáveis por haver desencadeado todo tipo de desgraça.

Segundo Pena (2005) citado Muraro no século XII o cristianismo apoiava no livro dos Géneses para falar sobre mulheres e homens, sustenta que através do livro dos Géneses o homem para além de culpar a mulher por todos os males da humanidade- em virtude a expulsão do paraíso... na criação, quando a mulher é criada da costela do homem, aqui é visível o modo com que a mulher vem desde os primórdios a ser subordinada em relação ao homem. (Pena, 2005)

No entanto Silva (2011) realça que o livro dos Géneses, ainda atualmente reforçam a cultura machista e patriarcal, por se tratar da história da criação da humanidade, contada por meio das religiões. O mito judaico-cristão é repassado de geração em geração, sendo um dos responsáveis por santificar as relações de poder e dividir os papéis sexuais, transformando as relações afetivas entre homem e mulher em disputa pelo poder.

A partir da culpa que lhe foi imputada na civilização Crista ocidental pela expulsão do paraíso, a mulher ate pouco tempo veio pagando caro por isso, com uma imagem ligada a fraqueza intrínsecas de carácter, inferioridade e supostamente pouca capacidade para resistir a tentações de qualquer natureza

(Jablonsky, 1998)

Não obstante desde o inicio da humanidade que se vem formando lugares específicos tanto para o homem como a mulher, ela cabia- lhe a tarefa de procriar, cuidar dos filhos e da casa em contra partida esperava- se do homem a virilidade, força e prosperidade, nas tribos (clãs) a tarefa de caçar, pescar e proteger era do homem, e a mulher cuidar do lar. (Baptista, 2009)

Portanto a existência de classes segundo sexo já era visível, ou seja esta divisão entre os sexos tem origens nas primeiras civilizações portanto não são de hoje.

Contudo ainda na mesma linha de pensamento Baptista (2009) cita ainda varias história da subordinação mulher. Em Atenas que era proibida de estudar, as mulheres Hindus eram sacrificadas quando o marido morria por perder a sua serventia etc. A

¹ Pandora- primeira mulher criada por ordem de Zeus(Deus dos Deuses)

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

desvalorização da mulher era uma realidade comum em várias civilizações antigas da história da humanidade.

Os relatos históricos são, geralmente, povoados por figuras masculinas, isto porque foram os homens que dirigiram os destinos da humanidade, pelo menos desde que existe a escrita e, principalmente, porque foram eles que escreveram ou impuseram as fontes que hoje utilizamos para narrarmos o passado. (Cabral A. , 2012)

No entender de Gomes (2011) estes posicionamentos não devem ser generalizados. Também há pensadores que ao analisarem a situação da mulher a consideram discriminatória e injustificável e procuram descobrir as causas subjacentes a sua subordinação abrindo, assim caminho para uma nova interpretação da realidade. (Gomes, 2011, p. 65)

Na sua obra *Mulher e poder* o caso de Cabo verde a autora, Gomes (2011) apresenta posições, dos autores sobre tema da mulher. A primeira que faz uma abordagem a partir da perspectiva androcentrica destaca alguns autores como o Comte, para este autor, a igualdade dos sexos é contrária a natureza. As mentes das mulheres estão inquestionavelmente menos capacitadas que as dos homens quando se trata de realizar generalizações ao longo alcance (...) Ainda na mesma linha de pensamento Spencer que é um sucessor de Comte, a seu ver enquanto o homem é a ponte fundamental entre a família e a sociedade, o papel da mulher é dedicar-se as funções de mãe, esposa e reprodutora (...) Ele atribui ao sexo masculino o poder de decisão e a mulher a subordinação.

Para Durkheim ``o volume do crânio do homem e da mulher, mesmo quando se comparam indivíduos da mesma idade, altura e peso, apresenta diferenças consideráveis que favorecem o homem (...) as duas grandes funções da vida psíquica se dissociaram, que um dos sexos se apoderou das funções afectivas e o outro das intelectuais``. Também para Simmel a cultura dominante é a do sexo masculino.

Neste grupo pode se notar que a mulher tem um papel relevante, sendo o homem o centro, ou pilar da sociedade, tratando-se de uma perspectiva masculina de discriminação face a mulher.

No segundo grupo onde a autora destaca os que vêem a relação entre homem e mulher como uma relação de exploração. Destacando assim Fourier, que criticou severamente as sociedades onde as mulheres eram tratadas como mercadorias, defendendo que as melhores nações foram aquelas que concederam mais liberdade as mulheres.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Ainda ressalta o surgimento do marxismo, que defendia que as causas da opressão da mulher são determinadas pelo sistema de produção que se baseia na propriedade privada, que divide as sociedades em classes, uma que possui e outra produtora de riquezas.

Ainda Ward é de opinião que a mulher é tipo humano original sendo produtora de vida, e que o progresso da espécie dependia do seu desenvolvimento, enquanto os varões eram secundários. (...) Considera irracional a dominação masculina e a desigualdade sexual nas sociedades industrial, que inibiam o desenvolvimento mental e físico das mulheres e obstruía a evolução social.

1.3-O conflito Feminista pela Igualdade na Diferença

A luta pela igualdade no início do movimento feminista sobrepôs á questão da diferença.

Bourdieu (1999) Argumenta que essa dominação entre os símbolos, (masculino/feminino), são explicados através de argumentos biológicos, porem a diferenças entre os corpos, e em particular a diferença anatómica dos órgãos sexuais, que muitas vezes é tido como justificativa natural dessa desigualdade construída entre os géneros, que teve origem no passado bem distante e até agora continua revigorando.

Segundo Oliveira (1998), o feminismo transgrediu a ordem que atribuía ao masculino o direito de definir o feminismo como o seu avesso. As mulheres tentaram ultrapassar as fronteiras do mundo dos homens, mas, na luta pela igualdade tropeçaram na diferença (p, 72). A diferença durante muito tempo foi usada dentro da hierarquia imposta pela dominação masculina como sinónimo de desigualdade.

Ainda Oliveira ressalta que a luta pela igualdade já nasceu com prometida, pelo facto de as mulheres esforçavam para assimilar os modelos masculinos. Ocupando assim os espaços dos homens, comportando-se e agindo, sentindo e falando como eles. Assim sendo defrontam com uma crise de identidade, ao perceberem que esses comportamentos supervalorizavam as qualidades consideradas masculinas, em detrimento das femininas, demonstrando um sentimento forte de inferioridade. Isto resultou em grande mal-estar, visto que trouxe muita ambiguidade as mulheres, que levou a uma revisão do feminismo.

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

“As mulheres passam a defender a igualdade não mais em nome da capacidade de assemelharem aos homens, mas, sobretudo, pelo direito de ser diferentes deles”. (Oliveira, 1998, p. 73)

Para Oliveira (1998), o fundamento da diferença são os valores. As mulheres são diferentes dos homens, porque tem outros valores no centro da sua existência, como, a atenção e o cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo, ênfase no relacionamento interpessoal. As mulheres são mais intuitivas, sensíveis e empáticas. Por isso a identidade feminina advém da interação com os outros. Isso trás consigo o sentimento de divisão, quando na conquista do espaço publico, se veem obrigadas a confrontar seu modo de ser com as exigências de sucesso no mundo dos homens, marcado por agressividade, competitividade, objetividade e eficiência.

Esta análise de Oliveira no nosso entender retrata um ponto crítico do discurso feminista, ao propor uma valorização do feminismo, ao erguer a bandeira da igualdade na diferença, depara assim no dualismo que sempre existiu do feminismo/masculino, dando valores e diferentes características para cada sexo. Essas características muitas vezes atribuídas ao feminismo e ao masculino, não são apenas determinadas pelo gênero, sofrem uma influência da classe social, pela cultura, a educação.

A possibilidade de mudança nas relações de gênero, é a grande conquista dos feministas, puderam libertar dos velhos estereótipos e construir novas formas de se relacionar, agir.

1.4-A Integração da Dimensão de Gênero nas Políticas Mundiais

A igualdade entre mulheres e homens foi reconhecida de forma alargada em todos os domínios, como um preceito fundamental dos direitos da pessoa humana depois da segunda guerra mundial.

A 10 de Dezembro de 1948 foi proclamada pelas Nações Unidas, a declaração universal dos direitos do homem, consagra que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e Direitos. A mulher e o homem tem direito a casar e a constituir família e direitos iguais em relação ao casamento. Ambo tem direito a livre escolha de trabalho, e a condições de trabalho justas, a salário igual para trabalho igual, a proteção contra o desemprego.

Com o objetivo de promover os direitos políticos, económicos e sócias foi criada pelas nações unidas em 1946 a comissão do estatuto das mulheres. Começaram a surgir

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

instrumentos específicos como em 1948 convecções sobre o trabalho noturno das mulheres, em 1949 sobre a supressão do tráfico de pessoas e de exploração da prostituição de outrem, 1951 sobre a igualdade de remuneração de mulheres e homens trabalhadores para trabalho de valor igual, 1952 sobre direitos políticos das mulheres etc.

Em 1975 ocorreu o ano internacional da mulher foi realizada a I conferência sobre as mulheres, na cidade do México, foi adotado o plano de ação mundial para dez anos. Foi proclamado ao mesmo tempo a década das Nações Unidas para as Mulheres.

Em Junho de 1993, na conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena, foi adotado o princípio a igualdade entre sexos que é universalmente aceite, e em Setembro de 1995 em Pequim, na IV Conferencia Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres.

A conferência de Pequim admite a integração da perspetiva de género nas políticas- gender mainstreaming², isto é a sistemática integração em todas as políticas das situações, prioridades, necessidades da mulher e do homem, com o intuito de promover a igualdade entre eles e mobilizar explicitamente o conjunto das políticas e ações globais para igualdade.

O preceito subjacente ao gender mainstreaming envolve a promoção pelos órgãos governativos e sociais a uma política com visibilidade a igualdade. Trata-se de um modelo que tem por finalidade a participação equilibrada de homens e mulheres em todas as esferas da vida e em todas as formas de poder, concretamente, ao nível do trabalho remunerado, nas responsabilidades familiares e nos processos de tomada de decisão, finalidade que se pretende atingir pela combinação de medidas específicas para o sexo sub-representado. Nesta conferência foi aprovada a Plataforma de Ação de Pequim, evidenciando que a meta da igualdade é uma condição fundamental para o alcance do desenvolvimento social, que respeita à sociedade no seu conjunto. Esta Plataforma de Ação reconhece a necessidade de potenciar a participação plena e a não discriminação das mulheres, de favorecer a sua autonomia e independência, de eliminar a segregação existente no mercado de trabalho e tornar possível o acesso das mulheres aos postos de tomada de decisão económica, de forma a contribuírem para o desenvolvimento social na esfera económica e que esse contributo seja mais visível. (Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW)

² Política (estratégias) global para promoção da igualdade de género

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

CAPITULO II

II. QUADRO TEÓRICO DE ANÁLISE (CONCEITUALIZAÇÃO)

Vive-se no mundo onde a visão feminina está sempre subordinada ao masculino. É nesta perspetiva que surge o conceito de género na tentativa de explicar a desvantagem social das mulheres ao longo da história.

2.1 Género

Normalmente há uma tendência de confundir género e sexo, embora muitos autores defendam que é o sexo que determina o género e que estes conceitos são bem distintos.

Na sua aceção gramatical, o termo “género” designa indivíduos de sexos diferentes (masculino/feminino) ou coisas sexuadas, mas, na forma como vem sendo usado, nas últimas décadas, pela literatura feminista, adquiriu outras características: enfatiza a noção de cultura, situa-se na esfera social, ou seja é um conceito social que remete para diferenças existentes entre mulheres e homens, diferenças essas não de carácter biológico, mas resultantes do processo de socialização.

Diferentemente do conceito de “sexo”, que se situa no plano biológico, e assume um carácter intrinsecamente relacional do feminino e do masculino assim sendo distinguem homens e mulheres, ou seja ao nascer somos fisicamente diferentes, com corpos distintos é isso que se dá o nome de sexo.

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995, p. 65)

Na definição de Scott (1995) género é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

primordial de dar significado às relações de poder. Para ela, essas duas proposições estão intrinsecamente relacionadas.

Segundo Amard e Moura género é uma construção social que possui uma dimensão simbólica e uma dimensão material, que reconhecendo-se a sua variação histórica e cultural e a sua intersecção com outros sistemas de estratificação social como os assentes na classe social, etnicidade, raça, na sexualidade, na idade.

As pessoas nascem macho ou fêmea, mas aprendem a ser meninos e meninas que se desenvolvem como homens e mulheres. A elas e eles são ensinados os comportamentos e atitudes apropriados, os papéis e atividades adequadas e como elas\eles devem se relacionar com outras pessoas. Este comportamento aprendido é o que organiza a identidade de género e determina os papéis de género.

(Williams, 1999)

O conceito de género descreve assim o conjunto de qualidades e de comportamentos que nas sociedades esperam dos homens e das mulheres, formando a sua identidade social, ou seja conjunto de crenças e atribuições sócias, construídas em um dado momento por culturas diferentes com base as diferenças sexual. É à partir dessas diferenças que são elaboradas os conceitos de masculino e feminino.

Género não é sinónimo de mulher, existe dois tipos de género o feminino e o masculino e esta interligação entre elas que se vai formar a realidade social. Portanto esta relação entre homens e mulheres é modificável ou seja ao longo dos tempos vai se modificando por isso tem uma característica histórica

Nesta mesma sequencia que as autoras Cabral e Diaz (1998) reafirmam que as relações de género são produto de um processo pedagógico que se inicia no nascimento e continua ao longo de toda a vida, reforçando a desigualdade existente entre homens e mulheres.

As relações de género tem-se caracterizado por:

Serem diferentes de cultura para cultura, de religião para religião, ou de uma sociedade para outra;

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Serem influenciadas por diferentes fatores, tais como: a etnia, a classe social, a condição e a situação das mulheres;

Evoluírem no tempo;

Serem dinâmicas e estarem no centro das relações sociais;

Distinguirem-se pela sua desigualdade, havendo uma hierarquização dos géneros, pela qual os homens têm um lugar privilegiado em relação às mulheres.

*É importante perceber o género não como um conceito fixo, mas como sendo constantemente redefinido e moldado pelos indivíduos em situação históricas particulares nos quais eles se encontram.

2.1.1. Mecanismos Institucionais Para a Igualdade de Género em Cabo verde

O Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género é o órgão governamental, encarregue de promover a igualdade e equidade de género em todas as esferas de atividade do país. Desde a sua entrada em funcionamento (1994), congrega os esforços da sociedade civil e do governo, no sentido de introduzir a abordagem género na elaboração das diferentes políticas.

Tem promovido ações de informação, sensibilização e capacitação em matéria de género de funcionários da administração pública e de organizações não-governamentais e da sociedade em geral.

2.1.2. As Organizações Da Sociedade Civil

Em 1981 foi criada a Organização de Mulheres de Cabo Verde (OMCV), que era uma organização de massas do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). Nela estavam muitas mulheres que participaram ativamente no processo de libertação. Esta organização deu um importante contributo para a introdução da política de planeamento familiar, na definição, aplicação e seguimento das políticas para a integração da mulher no desenvolvimento e na produção de legislações que contemplassem os direitos das mulheres, como o Código de Família e a Lei de Despenalização do Aborto, assim como para a diminuição do analfabetismo no seio das mulheres e para a melhoria da situação das crianças, especialmente no meio rural, onde teve um papel decisivo na criação de jardins infantis.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

A partir de 1991, com a implementação do pluripartidarismo, as organizações da sociedade civil se multiplicaram, em especial as organizações que têm como finalidade combater as desigualdades existentes nas relações de género.

Entre Igualdade e Equidade de Género elas destacam-se a Associação de:

- Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento (MORABI-1992),
- Associação Cabo-verdiana para a Proteção da Família (VERDEFAM-1995),
- Associação de Mulheres Empresárias e Profissionais de Cabo Verde (AMEPCV-1999),
- Associação Cabo-verdiana de Mulheres Juristas (AMJ, 2001),
- Rede de Mulheres Parlamentares (RMP-CV, 2002)
- Rede de Mulheres Economistas (REDEMEC-2003).

2.2 Desigualdades

As desigualdades são um aspeto estruturante e transversal das sociedades (Costa A. F., Desigualdades Sociais e Contemporaneas, 2012)

Desde da Grécia, nos séc. VI e VII a.C., que as desigualdades constituem-se um objeto de reflexão. Com o nascimento da polis e da democracia Ateniense proporcionaram reflexões sobre a política, a distribuição de bens, direitos e obrigações entre os cidadãos e entre esses os escravos.

Segundo Barros (2002) um dos primeiros filósofo a refletir sobre as desigualdades foi Aristóteles, que apresentou princípios de igualitarismo que, legitimando as práticas sociais vigentes, justificavam, como naturalmente determinados, os desníveis existentes entre os seres humanos, já que alguns estariam destinados a comandar e outros a obedecer.

Vários foram os pensadores que tomando a questão das desigualdades como objeto, demonstrando-as como provenientes dos desígnios divinos ou decorrentes de uma

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

natureza humana abstrata, ou replicando-as como injustas e provenientes da maneira como os seres humanos constroem a história.

Para Santo Agostinho e São Tomas de Aquino, Deus ordenava as desigualdades, ou seja considerava as desigualdades sendo algo divino e natural.

“ Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. (Claret, 2002)

Portanto as noções de igualdade e desigualdade remetem a dimensões específicas de análise, na medida em que todos podem ser considerados iguais aos outros se tomados por uma característica genérica o suficiente para ser extensiva a qualquer um, ou se comparadas por condições tão restritivas que resulte em uma individualização.

2.2.1-As Desigualdades como Produto das Relações Sociais

Varias foram as teorias que surgiram contra as explicações que até então vinham sendo desenvolvidas.

Segundo Roseau existe duas espécies de desigualdades humanas, que ele denomina de natural ou física por ser estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde e das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma. Enquanto a outra espécie que é denominada de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção ou pelo menos autorizado pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles.

(...) Toda a desigualdade se baseia na noção de propriedade particular criado pelo homem e o sentimento de insegurança com relação aos demais seres humanos. (Rosseau, DISCURSO SOBRE ORIGEM E FUNDAMENTOS, 1755)

Na concepção Rosseau (1755) o homem não é por natureza um ser social, mas sim um ser solitário, inocente e possuidor de uma razão apenas instintiva, e o que o difere dos outros animais liberdade e a perfeitibilidade. Portanto devido aos fatores

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

externos ele viu se obrigado a viver em pequenas comunidades, e vivendo em sociedade começam a surgir as competitividades, e estas por sua vez trouxeram consigo, guerras e também as revoluções (agricultura e a metalúrgica), e daí da se a divisão de trabalho, como também com acumulação de capital passa a existir homens ricos e homens pobres, que dependeram uns dos outros, originando assim as desigualdades entre os homens

“... A desigualdade natural insensivelmente se desenvolve junto com a desigualdade de combinação, e as diferença entre os homens, desenvolvidas pela diferença das circunstância, se tornam mais sensíveis, mais permanentes e seus efeitos, e, em idêntica proporção, começam a influir na sorte dos particulares... (Rosseau, 2015)

Pode se concluir que a origem das desigualdades, deram-se devido a passagem do homem natureza ao homem social.

Mas Platão vai mais além na sua concepção segundo ele, *a sociedade ideal, perfeita, só é possível suprimindo-se com a desigualdade entre os cidadãos, cabendo ao Estado confiscar toda a riqueza privada fazendo dela um fundo comum utilizado somente para a proteção coletiva. O ouro não sendo de ninguém em particular, sendo tesouro estatal, não poderá ser usado para provocar a discórdia e a inveja, tão prejudicial à paz social.* (Machado, 2015)

Portanto para Platão a desigualdade só é justa quando cada cidadão seja educado para exercer uma função de acordo com a sua habilidade (natureza pessoal), pois cada um nasce mais preparado para exercer um determinado tipo de atividade. Tendo a cidade justa, onde cada cidadão ocupa seu lugar designado por natureza. Não obstante, Marx considera as desigualdades sociais como produto de um conjunto de relações pautadas na propriedade como um fato jurídico, e também político. O poder de dominação que da origem a essas desigualdades, ou seja esta questão de dominação que garante a manutenção e a reprodução das condições desiguais.

Vários são os estudos que são de acordo que a desigualdade social surgiu com o capitalismo, este sistema passa a perpetuar a ideia de acumulação de capital e de propriedade privada.

A desigualdade pode ser considerada o “mal do capitalismo”, pois o capitalismo é um sistema econômico em que os meios de produção e distribuição são de propriedade privada e com fins

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

lucrativos, assim o capitalismo visa mais o lucro individual, e não o lucro social (Morais, 2015)

E com o passar dos anos as desigualdades ainda continuam estar na ordem do dia, porque de algum modo nos são familiares.

Pode-se assim dizer que a desigualdade social refere-se a processos relacionais na sociedade que têm o efeito de limitar ou prejudicar o status de um determinado grupo, classe ou círculo social. As áreas de desigualdade social incluem o acesso aos direitos de voto, a expressão de reunião, a extensão dos direitos de propriedade e de acesso à educação, saúde, habitação de qualidade, viajar, ter transporte, férias e outros bens e serviços sociais.

Quando se fala em desigualdade, esta se trata de um fenómeno social de hierarquização entre indivíduos e/ ou grupos que não permitindo um tratamento igualitário.

Segundo Costa (2012) as desigualdades sociais são múltiplas e complexas. Muitas vezes são também controversas, quer quanto a sua própria factualidade, quer nas interpretações que se fazem a respeito delas, quer ainda nas causas e consequências que se lhes atribuem... elas não só interligam entre si, de modos variáveis, como se interligam com muitos outros fenómenos sociais.

É nesta perspetiva que a desigualdade social acarreta consigo, outras formas de desigualdades, como a desigualdade económica, desigualdade raciais, pobreza, a desigualdade de género entre outros.

A globalização e o progresso tecnológico, se favorecem o crescimento da riqueza, promovem também uma dinâmica profundamente de igualitária (Fernandes, 2014)

Portanto Costa citado (Therborn, 2006) faz uma caracterização particular dando ênfase a pluralidade das desigualdades que caracteriza a configuração societal contemporânea crescente globalizada, propondo assim na sua perspetiva teórica, três

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

grandes conjuntos de dimensões de desigualdades no mundo atual, que designa de desigualdades vitais, desigualdades existenciais, desigualdades de recursos.

As desigualdades vitais que abrange segundo o autor as desigualdades perante a vida, a morte e a saúde. Indicadores como esperança de vida a nascença, a taxa de mortalidade, que são alguns utilizados neste domínio para analisar comparativamente, desigualdades entre a população de diversos países, ou analisar evoluções no tempo dessas desigualdades vitais.

As desigualdades existências por sua vez reportam-se ao desigual reconhecimento dos indivíduos humanos enquanto pessoas. Mas concretamente, focam desigualdades de liberdade, direitos, reconhecimento e respeito que os indivíduos e grupos podem usufruir na sociedade, como exemplo a restrição a liberdade, as discriminações a humilhação. Fenómeno como o patriarcado*, a escravatura, o racismo e essas são algumas formas de desigualdades existenciais.

Por outro lado as desigualdade de recursos segundo o autor tem sido as mais frequentes que as anteriores, no sentido lato, incluem dimensões como as desigualdades de rendimento e de riqueza de escolaridade, de qualificação profissional, de posições hierárquicas nas organizações. Dando ênfase a Bourdieu (1979), formalizando em termos das distribuições desiguais de capitais (económicos, culturais, e outros) que assim estruturam o espaço social.

Outro aspeto fundamental do ponto de vista teórico na análise de multidimensionalidade inerente as desigualdades no presente contexto de globalização, diz respeito as desigualdades categoriais. Algumas formas mais frequentes destas desigualdades envolvem categorias de género, idade, de raça e de etnicidade, de classe social ao nível educacional, de nacionalidade e de identidade cultural.
(Costa A. F., 2012)

2.2.2-As Desigualdades em Cabo Verde

Cabo verde é um arquipélago situada no oceano Atlântico, costa ocidental Africana. O povo de Cabo verde, é produto do cruzamento de escravos Africanos e colonos europeus, tem características muito particulares.

Um país com fracos recursos naturais, constituídas por 10 ilhas insulares, independente desde 1975, cabo verde saiu da lista dos países menos desenvolvidos em 2008.

A população segundo o censo de 2010, residente é de 491,875 habitantes, 54% jovens menores de 24 anos. O crescimento anual de população é de 1,2%.

Nos últimos anos, os desempenhos económicos com uma taxa de crescimento real de 10,8% e continuou além dos 5%. PIB real per capita aumentou de 902 USD em 1990 para 3.206 dólares em 2008, enquanto a pobreza diminuiu 49% em 1990 para 27% em 2007. A pobreza afeta especialmente as mulheres chefes de família (33%), com maior parte nas áreas rurais 44%) em relação as zonas urbanas (13%). Em geral, as mulheres representam 52% dos trabalhadores do sector informal e recebem salários duas vezes inferiores aos dos homens. Em termos de participação política ainda não existe paridade no poder executivo, e quanto a nível legislativo e municipal ainda modesta.

Com o passar dos tempos Cabo Verde desenvolveu em quase todos os domínios, domínio económico, social e cultural, e isto por sua vez explica a crescente participação das mulheres nos órgãos da tomada de decisão.

Apesar de Cabo verde gozar do estatuto de boa governação, com instituições sólidas e democráticas, ainda há um longo caminho a percorrer visto que as desigualdades ainda é um assunto que tende a persistir.

Nesta perspetiva procuramos mostrar com algumas tabelas as discrepâncias existentes no que concerne as desigualdades existentes.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Quadro 1: Indicadores económicos de Cabo Verde (PIB, PIB per capita, PNB por habitante)

	População	PIB per-capita	Taxa de crescimento do PIB real	PIB corrente em Milhares de contos	PNB por habitante
2001	444.921	155,9	1,6	69.380,3	1248,8
2002	452.835	160,7	5,3	72.758,1	1337,7
2003	460.601	172,7	4,7	79.526,7	1734,0
2004	468.164	175,3	4,3	82.086,4	1973,7
2005	475.465	181,3	6,5	86.185,4	1973,7
2006	483.090	201,6	10,1	97.384,3	2209,8
2007	491.419	218,2	8,6	107.252,0	2645,5
2008	499.796	238,0	75,2	118.949,4	3065,0

Fonte: INE /2001-2007 Contas definitiva Fonte: INE /2008 Estimativas INE

O que se pode notar que com o passar dos anos houve um aumento ou crescimento do PIB, o que contribuiu muito para a melhoria de vida da população.

Quadro 2: Taxa de desemprego, por sexo nos anos 2000 a 2010:

Sexo e Meio	2000	2002	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Homens	6,7	12,6	20,9	10,8	14,6	11,4	12,8	9,6
Mulheres	10,9	13,2	22,0	16,6	16,0	14,8	13,2	12,1
Meio urbano	11,1	13,6	25,2	13,2	15,9	17,3	15,4	11,8
Meio Rural	5,4	11,9	16,6	13,8	14,1	8,9	9,2	8,4

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Total	8,6	12,9	21,2	13,4	15,2	13,0	13,0	10,7
-------	-----	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: INE- RGPB 2000

Apesar do crescimento do PIB Cabo Verde ainda no que se pode notar é que a taxa de desemprego tende a aumentar, e atinge em maior percentagem as mulheres, como se pode ver no quadro 2, embora se pode notar uma ligeira mudança como por exemplo em 2000, a diferença entre homem e mulher era de 4,2%, diminuindo assim 1,5% em 2002 e 1,1% em 2005. Em contrapartida houve um aumento de 5,8% em 2006.

Quadro 3: taxa de Alfabetização da população de Cabo Verde de 2000 a 2010

Ano	Mulheres	Homens
2000	67	83
2006	73	87
2007	73	87
2010	77	88

Fonte: INE

No quadro 3 nota-se que uma maior facilidade de acesso ao ensino, tem aumentado cada vez mais o número de mulheres escolarizadas desde os anos 2000 e a perspectiva é que esses valores tende a aumentar com o passar dos anos, ou seja o número de mulheres em 2010 evolui consideravelmente.

Quadro 4: Classificação da atividade económica por sexo

Perante atividade económica	Total	Mulheres		Homens	
		Total	%	Total	%
Total	12.267	12.267	60,6	7.971	39,4
População ativa ocupada	3.732	3.732	57	2.817	43
População desempregada	430	430	60,6	279	39,4
População inativa	8.105	8.105	62,4	4.875	37,6

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Fonte INE, 2010.

Também nesta tabela 4, apesar da percentagem da mulher em actividade ser cerca de duas vezes maior ao dos homens, apesar desses avanços ainda a taxa de desemprego entre os sexos é desigual, sendo a mulher mais afetada neste especto.

2.3-Participação Política

Para Gomes (2011) nas sociedades modernas, o grau de Democracia é determinado, em grande medida, pelo nível de participação do individuo. Por isso os conceitos de democracia e de participação estão muito associados, sendo a participação considerada a condição sine qua non para a construção e aprofundamento da democracia e de desenvolvimento sustentado das sociedades. Ela é geralmente utilizada como indicador quantitativo e qualitativo da “temperatura democrática” de determinada sociedade a escala local, regional ou nacional.

Segundo Martins (2004) de forma etimológica, Participação vem da palavra “parte”, que significa “fazer parte de”, “tomar parte em”, e “ter parte em”, ou seja, participar “é fazer parte de algum grupo ou associação”, ou “tomar parte em uma determinada atividade”, ou, ainda, “ter parte num negócio”

Para Dalh (1971) a participação é uma ação política, como tantas ações humanas, que consiste em tomar decisões, ou referindo melhor é, escolher, por uma forma ou outra, entre alternativas e depois fazer com que a escolha se torna efetiva.

Segundo Camacho (2010) em termos gerais, entende – se a participação como a intervenção e inserção, quer nos órgãos institucionais, quer em organizações diversas de carácter formal ou pontual. A participação é vista como um direito e uma condição da cidadania. Os homens só podem ser livres e iguais se participam na determinação e gestão dos assuntos que diretamente os afetam.

Este “conceito abarca, geralmente, diferentes variantes, quais sejam: desenvolvimento participativo, participação comunitária, participação política, participação popular, participação dos beneficiários e, também, participação das mulheres, por constituírem um coletivo que, tradicionalmente, se encontra marginalizado das instâncias de tomada de decisões” (Gomes, 2011, p. 67)

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Borracho (2011) a participação política, atendendo assim “ações intencionais, legais ou não, desenvolvidas por indivíduos ou grupos com o objetivo de perpetuar ou questionar os diversos elementos que compõem a cena política.

Neste sentido para Lopes (2013) citado Myron Weiner “a participação política refere-se a qualquer ação voluntária, com sucesso ou insucesso, organizado ou não, episódica ou contínua, utilizando métodos legítimos ou ilegítimos, com o objetivo de influenciar, a qualquer nível, as decisões políticas, a escolha dos governantes e a administração dos assuntos públicos”.

Não obstante para Martins (2010) a noção de participação política, é acima de tudo um conceito contínuo e não tanto um conceito bifurcado, na medida em que, as sociedades e os indivíduos divergem profundamente nas perceções que abane a verdadeira natureza do ato político, bem como valores e normas a ele agrupadas.

2.4-A Situação da Mulher Cabo-verdiana Passado e Presente

Consideramos que para uma melhor compreensão da trajetória da mulher cabo-verdiana, é de extrema importância fazer uma análise breve da mulher no continente Africano para conhecer até que ponto elas contribuíram para consciencialização da mulher em Cabo verde.

Em muitos das suas análises sobre África alguns analistas ocidentais minimizam o facto de que o continente foi, durante séculos, o cenário de um dos crimes mais horrendos das humanidades. O comércio de escravos, e que as suas terras foram ocupadas e saqueadas, durante mais de quinhentos anos, por diversas potências coloniais Europeias. (Gomes, 2011)

Os processos de democratização e de liberalização política em Africa, caracteriza-se por uma heterogeneidade sem precedentes, e se enquadram temporalmente na convencional terceira vaga de democratização dos pré-requisitos sociais e económicos da democracia e pelos teóricos da modernização política, mas por mutações políticas ocorridas a escala internacional, mormente a determinancia dos fatores internacionais nos processos de democratização politica (Costa S. , 2014)

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Entretanto as mulheres Africanas são conhecidas pelas suas capacidades de sobrevivência e gestão, face as dificuldades económicas, desastres naturais e guerras civis, e pela sua habilidade de fazer render os recursos disponíveis já escassos, em circunstâncias bastante difíceis. (Monteiro E. F., 2009)

A dominação imperialista e colonial foi, segundo Amílcar Cabral, a negação do processo histórico do povo dominado através da usurpação violenta e da livre evolução do processo de desenvolvimento das forças produtivas...depois de expulsar as forças de ocupação do solo pátrio, havia que iniciar um processo, talvez mais complexo, o de limpar da memória de um povo o discurso de poder e de dominação dos colonialistas e a sua visão racista e prepotente do mundo, ou seja, havia que descolonizar as mentes e recuperar os valores próprios da civilização Africana. (Gomes, 2011)

Contudo pode assim dizer que a independência de alguns países Africanos não foi obtida de forma fácil, muitas vezes foi necessário o recurso as armas.

2.5-Participação Feminina em Cabo Verde

Segundo Gomes (2011) por mais de quinhentos anos Cabo Verde foi colónia de Portugal, em 1975 o país rompe com a velha sociedade colonial e funda um estado que se rege pelos princípios da democracia e de respeito pela pessoa humana.

A proclamação da independência Nacional constitui-se num dos momentos mais altos da história da nação Cabo-verdiana. (CRCV, 4ª edição)

Contudo nem sempre as mulheres cabo-verdianas tiveram uma participação política desejável e tão pouco na tomada de decisões visto que, este foi governado durante 15 anos em regime de partido único.

As mulheres Cabo-verdianas segundo Évora (2004) não dispunham desses direitos nesse período de monopartidarismo, e a constituição até a época existente beneficiava apenas os dirigentes do partido (PAIGC-CV).

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Para muitos autores os 15 anos de monopartidarismo foram anos de opressão, uma vez que os direitos cívicos e de cidadania não estavam sendo desrespeitados, visto que o povo não conseguia, não podiam criticar e nem reivindicar.

No entender de Almeida (1994), *“tendência seria acrescentada à medida que o Estado fosse conquistando mais espaço já que este atuaria não só como um veículo de forças políticas, mas como uma força por si próprio”*

Aqui o autor faz uma referência ao Estado sendo como um elemento de dominação que tinha ao seu dispor o artigo 4º que lhe confinava maior poder, e é nesta perspectiva que leva (Évora, 2004) a afirmar que este constituía um entrave à democracia e a própria participação política.

No entender de Gomes (2011) se não houvesse essa tal exclusão das mulheres da esfera do poder, Cabo Verde poderia estar muito mais humanizado, e a nossa democracia mais bem consolidada.

Entretanto Sérgio (1999) é de opinião que; *“ [...] em geral as mulheres têm uma menor motivação política e cívica e uma menor visibilidade, para além da dificuldade de se imporem, o que sucede é que as lógicas e as dinâmicas do próprio processo político as relegam para uma situação de certa marginalidade da qual não lhes é fácil sair”* (Faria, 1999)

Contudo Bessa (1997) diz que o poder é o fator limitador de uma maior participação das mulheres na política, uma vez que, os detentores desse mesmo poder não estão dispostos a acordos e nem tão pouco a abrir mão dele uma vez que, (...) *“toda a política é uma forma de agir sobre o poder”*

O autor é de opinião que a vida das pessoas muitas vezes é condicionada pelo facto de que quanto menor o numero de pessoas na política maior é a concentração de poder, o que vários autores como Mill (2014) denomina de elites do poder, que segundo Bessa (1997) apresentam um conjunto de interesses próprios que, pretendem salvaguardar, no sentido da manutenção do poder” (Bessa, 1997, p. 139) que para

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Marina (2009) “aumenta a possibilidade de atuar em qualquer atividade e essa elite não deu muita oportunidade à participação política, em Cabo Verde como, o que nos leva a concordar com Morreira (2009) que existe uma sede de poder.

Em 1975, na assembleia Nacional apenas 1 mulher tinha assento parlamentar dos 56 mandatos legais em disputa, divididos em 24 círculos eleitorais.

Enquanto em 1980, no total de 63 deputados, apenas 4 mulheres estavam presentes nas legislativas, onde representavam cerca de 6,3% dos deputados.

Quadro 5: Executivos De Cabo Verde, Por Género, De 1990 A 2011.

Data	Mulheres	Homens	Total	%
1991	1	15	16	6
1998	5	18	23	22
2002	4	13	17	24
2004	3	18	21	14
2006	7	15	22	32
2008	8	12	20	40
2011	8	12	20	40

Fonte: Crispina Gomes (2011), **Mulheres e poder: o caso de Cabo Verde, Praia: IBNL** (Gomes, 2011)

Durante o período do monopartidariíssimo, a presença das mulheres no executivo Cabo-verdiano é nula, facto que segundo Gomes (2011) realça que:

“Elas estavam excluídas da vida pública e política, o que na prática significa que o exercício desses direitos e deveres cívicos eram quase impossível dado que a maior parte da população feminina não possuía meios e nem estava alfabetizada”

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Com a abertura política, e com a entrada do MPD no poder, esse cenário até então vivido mudou completamente, uma vez que, de acordo com a análise da tabela (1), nota-se um acréscimo das mulheres eleitas para os órgãos do poder executivo, registando-se maiores aumentos nas duas últimas eleições.

Quadro 6: comparação do nº das eleitas nas legislativas

Legislativas	Nº total de Deputados eleitos	Nº de deputadas eleitas	Percentagem (%)
1975- 1980	56	1	1.6%
1980- 1985	63	4	6.3%
1985- 1990	83	12	12%

Fonte: Boletim Oficial de Cabo Verde. Nº 24, 4 de Julho de 1975

Nas sucessivas legislativas pode-se observar que a tendência embora sendo muito lento é de aumento, apesar de o número de mulheres no parlamento ser muito baixa.

Durante o período de 1975 a 1990, no Poder Local nota – se a presença de duas mulheres.

Paula Fortes, uma combatente de liberdade da pátria, foi a primeira mulher (1987 – 1991) a ocupar cargo de relativo destaque, pois, exerceu o cargo de Delegada de governo na Ilha do Sal e por inerência, a de conselho deliberativo, figura que podemos equiparar ao cargo de presidente da Câmara. Uma outra mulher ocupou cargo semelhante na Ilha da Boa Vista

“Os titulares dos órgãos municipais eram todos nomeados pelo executivo de acordo com as leis relativas à organização e funcionamento do poder local” (Perreira, 2005).

Portanto a fraca presença de mulheres no poder local no entender de Évora justifica-se pelo facto de antes da instauração do regime pluralista, os titulares dos órgãos municipais serem designados e escolhidos pela cúpula do partido no poder (Evora, 2004). Era portanto, uma escolha totalmente centralizada, que não dependia sequer da vontade dos munícipes de cada ilha.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Este quadro modificou-se completamente com algumas alterações, com a abertura política, passando do mono partidarismo para o multipartidarismo. Com a revogação da Constituição de 1980, em 1992, dá lugar a aprovação de uma nova Constituição da República de Cabo Verde em Setembro de 1992.

A Constituição de 1992, viria a garantir a separação e independência dos órgãos da soberania e estabelecer que a nível municipal os titulares dos órgãos para a Assembleia Municipal e da Câmara Municipal passavam a ser eleitos por princípios democráticos baseados no sufrágio Universal e no voto direto.

Enquanto para Presidência nunca houve uma mulher a candidatar-se, e nem eleita. O mesmo acontece com o Primeiro-ministro, embora pela primeira vez na história de Cabo Verde terá uma mulher a candidatar-se isso depois de 40 anos de independência.

Às primeiras eleições legislativas livres e pluralistas em Cabo Verde concorreram dois partidos políticos: MPD e PAICV. Nessas eleições havia 28 círculos eleitorais para eleger 79 deputados à Assembleia Nacional.

Quadro 7 Eleitas (os) Nas Eleições Legislativas, Período De 1991 A 2011.

Data da Eleições	Deputadas Eleitas	Deputados Eleitos	Total
1991	3	76	79
2001	8	64	72
2006	11	61	72
2011	15	57	72

Fonte: CNE (Comissão Nacional das Eleições)

Aqui pode se observar que ainda a presença das mulheres nas listas dos candidatos às eleições é muito baixa.

Mesmo com o aumento das mulheres deputadas no período de 1975-1980, onde registou-se um aumento de três deputadas, e nos anos de 1980-1985 para seis deputadas, tendo sido registado nesta altura o maior número de deputadas eleitas no parlamento Cabo-verdiano.

No ano de 1991 nota-se uma grande descida, onde houve a presença de apenas de 3 mulheres no parlamento, a partir de então o número tem crescido paulatinamente, onde denota-se que em 2001, o número de mulheres deputadas aumentou para 8, em 2006 cresceu para 11 e em 2011 esse valor disparou-se para 15 deputadas.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Mas com o passar dos tempos a tendência é de um aumento significativo, em que, visto que muitas jovens têm-se enveredado para cursos que mais tarde possa possibilitá-las a entrarem na política.

2.6-As mulheres nas autarquias Locais

No monopartidaríssimo a lei eleitoral de 1989 estabelecia que as candidaturas deveriam ser apresentadas no sistema de partido único. Portanto com a alteração da lei eleitoral Municipal de 15 de Dezembro de 1991, os titulares dos poderes políticos passaram a ser eleitos por sufrágio universal direto

Quadro 8:Eleições Autárquicas Em Cabo Verde.

Ano	Eleitas Câmara Municipal	%	Eleitas Assembleia Municipal	%
1991	6	6,3	20	8,5
1996	11	83,3	30	50
2000	16	14,2	40	14,4
2004	23	21,1	44	15,4
2008	29	20,7	79	22,8

De acordo com a tabela no que concerne a evolução da participação das mulheres, verifica-se um aumento significativo do número de mulheres nas listas eleitorais a nível nacional, para as AM e CM, após o monopartidarismo em Cabo Verde, onde para as CM, o número de mulheres nas listas em 1991 era de 6, em 1996 esse numero aumentou para 11, no ano 2000 esse numero cresceu para 16 e em 2004 esse valor cresceu para 25.

Ao que diz respeito as AM, registasse também aumentos nas listas, onde em 1991 a presença de mulheres era 20, em 1996 esse valor cresceu para 30, em 2000 para 40, e em 2004 esse valor aumentou para 44.

Apesar dos aumentos que se nota, ainda existe uma sub-representação das mulheres nesses órgãos, e isso é notável porque o número de homens ocupando esses cargos é bem maior

Na Ilha de São Vicente onde daremos mais ênfase o nosso estudo no poder local, no caso da Assembleia Municipal. São Vicente faz parte das dez ilhas do Arquipélago, de Cabo Verde, foi descoberta em 22 de Janeiro de 1462, com área de 227 Km², é a segunda Ilha mais populosa do arquipélago, com população de 76 107 número de habitantes. Sendo 38.347 (50,4) homens e 37.760 (49,6) de mulheres. A taxa de

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

desemprego nas zonas urbanas é de 14,5 dos homens e 12,2 do feminino, e nas zonas rurais é de 2,8 masculino e 14,8 feminino, segundo os dados do INE é a Ilha onde a taxa de desemprego é mais elevada em relação as outras ilhas do Arquipélago.

Quadro 9-Resultados das eleições autárquicas em São Vicente 1992

Partidos	Nº de Eleitos na Câmara Municipal	Nº de Eleitos na Assembleia Municipal
MPRSV	9	12
MPD	0	5
PAICV	0	4

Quando se deu as primeiras eleições nas autárquicas, em São Vicente de acordo coma tabela pode se constatar a presença de dois partidos e um grupo ou movimento, que neste caso o PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde) que conseguiu eleger 4 deputados para a Assembleia Municipal, o MPD (Movimento para Democracia) que por sua vez conseguiu eleger 5 deputados para a Assembleia Municipal, estas primeiras eleições foram ganhas pelo MPRS (Movimento para o renascimento de São Vicente) com a maioria.

Quadro 10:Resultados das eleições autárquicas em São Vicente de 1995 (intercalares)

Partidos	Nº de Eleitos na Câmara Municipal	Nº de Eleitos na Assembleia Municipal
UCID	0	0
MPRSV	9	11
MPD	0	6
PAICV	0	4

Fonte boletim oficial

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Mas dois anos depois houve outras eleições para a Câmara Municipal, pela primeira vez as eleições intercalares, devido aos impasses de administração nessa época, estas eleições foram ganhas com maioria absoluta pelo MPRSV.

Quadro 11: Resultados das eleições autárquicas em São Vicente em 1996

Partidos	Nº de Eleitos na Câmara Municipal	Nº de Eleitos na Assembleia Municipal
MPRSV	9	14
MPD	0	7

Fonte boletim oficial

Em 1992 dá-se as terceiras eleições autárquicas com apenas 2 únicos partidos de acordo com a tabela, que também foram ganhas pelo MPRSV com a maioria.

Quadro 12: Resultados das eleições autárquicas em São Vicente em 2000

Partidos	Nº de Eleitos na Câmara Municipal	Nº de Eleitos na Assembleia Municipal
UCID	0	1
PAICV	1	4
PTS	5	10
MAISV	3	6

Fonte boletim oficial

Segundo a tabela as eleições autárquicas de 2000, o numero de partidos a concorrer aumenta, com o surgimento de um novo partido o PTS (do trabalho e da Solidariedade) que saiu ganho nessas eleições autárquicas de 2000, com 5 eleitos para a CM e 10 para AM, o MAISV com 3 eleitos para CM e 6 para a AM e o PAICV com 1 eleito para CM e 4 para a AM.

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Quadro 13: Resultados das eleições autárquicas em São Vicente em 2004

Partidos	Nº de Eleitos na Câmara Municipal	Nº de Eleitos na Assembleia Municipal
PAICV	3	7
MPD	4	8
UCID	1	3
PTS	1	2

Fonte boletim oficial

De acordo com a tabela as eleições 2004, onde se nota o surgimento de um outro partido o PTS (partido do trabalho e da solidariedade), e com a ausência do MPRS. Eleições essas que foram ganhas pelo MPD que pela primeira vez um partido ganha eleições na CM liderado por uma mulher, conseguindo assim 4 eleitos para CM e 8 para AM, ficando o PAICV com 3 para CM e 7 para AM, UCID com 1 para CM e 3 para AM, o PTS que conseguiu 1 eleito para CM e 2 para AM.

Quadro 14: Resultados das eleições autárquicas em São Vicente em 2008

Partidos	Nº de Eleitos na Câmara Municipal	Nº de Eleitos na Assembleia Municipal
UCID	2	4
MPD	4	10
PAICV	3	7
ASV	0	0

Fonte boletim oficial

De acordo com a tabela, também nessas eleições de 2008 houve surgimento de um outro partido político o ASV (São Vicente) que não conseguiu eleger nenhum deputado, essas

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

eleições que também foram ganhas pelo MPD com 4 para CM e 10 para AM, e PAICV com 3 para CM e 7 para AM, UCID 2 para CM e 3 para AM.

Quadro 15: Resultados das eleições autárquicas em São Vicente em 2012

Partidos	Nº de Eleitos na Câmara Municipal	Nº de Eleitos na Assembleia Municipal
UCID	2	4
MPD	4	9
PAICV	3	7
PTS	0	0

Fonte boletim oficial

Nas eleições 2012 que segundo a tabela foram ganhas pelo MPD com 4 eleitos para CM e 9 para AM, o PAICV 3 para CM e 7 para AM, UCID com 2 para CM e 4 para AM

Quadro 16: eleições autárquicas na AM de São Vicente de 1992 a 2012

Data de Eleições	Número de deputados eleitos			
	Câmara Municipal		Assembleia Municipal	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1992	7	2	16	6
1994*	7	2	16	6
1996			15	6
2000			17	5
2004	8	1	14	7
2008	8	1	13	8
2012	6	3	15	6

Fonte: arquivos da Assembleia Municipal SV

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Segundo o quadro o que se pode notar é que em São Vicente logo após a abertura política sempre houve presença das mulheres na Assembleia Municipal, embora sendo o número dos homens na Assembleia sempre maior em relação as mulheres.

Em 1992 ano que ocorreu as primeiras eleições autárquicas, em São Vicente a presença de mulheres era de 6 deputadas em relação aos homens que era de 16 deputados Municipais, este quadro mantém-se até 1996, depois houve uma ligeira descida em 2000. Regista-se um maior número de deputadas eleitas nos anos 2004 e 2008, anos que a Câmara Municipal foi liderada por uma mulher.

2.7 - Lei de Quotas

O reconhecimento da igualdade de direitos e de oportunidades entre as mulheres e os homens não foi, e nem continua sendo uma tarefa fácil, por isso longos foram os caminhos percorridos.

A nível mundial a participação feminina tem-se revelado muito baixa, com isso houve um aumento em torno da problemática da participação da mulher no âmbito da política, que acabou impulsionando a criação de medidas que é denominada por lei das quotas, que tem por objetivo de compensar a discrepância existente a desigualdade e representação entre género na esfera política.

“ todas as acções positivas que garantem às mulheres, numa situação de sub-representação, uma participação nas listas eleitorais ou nos órgãos eletivos subordinada a um objetivo qualificado - em percentagem ou em números de lugares.”
(Canas, 1999)

As quotas são regulamentadas por medidas temporárias, e esta por sua vez tem sido utilizado por vários países.

Porém, *“com a entrada das mulheres no mundo do trabalho, e as sucessivas lutas sociais em favor da igualdade, seria de esperar que a discriminação sexual desaparecesse, já que homens e mulheres se encontrariam cada vez mais unidos por um modelo de sociedade mais equitativo. No entanto, depois de décadas de lutas feministas, e apesar de inegável evolução nas condições da vida de muitas mulheres, o seu acesso a posições de liderança/poder em inúmeras organizações mantém padrões de grande desigualdade, sendo a possibilidade de mudança nesse sentido, ainda, pouco segura”* (Macedo, 2007, p. 21)

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

No Entanto “*para corrigir o persistente desequilíbrio entre ambos⁹, a nível de representação política, são vários os países que têm vindo a adotar políticas de intervenção no sentido de minorar ou anular essa desigualdade de representação*” (Lopes A. , 2013, p. 13)

Existe uma crescente e diversificada discussão sobre a eficácia e a admissibilidade das quotas, e que se tem intensificado o debate sobre os resultados da implicação dessas medidas. Com isso vários são os argumentos contra e a favor dessa lei.

Um dos argumentos prende – se com o “*facto de elas (quotas) colidirem com o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei tão fortemente invocados (pelos movimentos feministas) para remover as discriminações anteriormente existente*” (Viegas & Faria, 2001)

Ainda Viegas e Faria (1999) considera entre as várias medidas intervenções ativa e direta as seguintes:

- Estabelecimento, através de legislação Nacional, de quotas mínimas por sexo nas listas de candidaturas;
- Criação de quotas através de regulamentos ou normas dos partidos políticos;
- Aprovação de legislação condicionando a composição por sexo dos órgãos ou conselhos consultivos de nomeação política

Ambos os primeiros são quotas aplicáveis à eleição que reserva uma percentagem determinada de lugares nas listas eleitorais para as candidaturas do sexo sub-representado (as mulheres), enquanto o último são quotas aplicáveis aos resultados das eleições, com reserva de um número de lugares no universo de eleitos para a nomeação política do sexo sub-representado. Todavia, os fins ou os objectivos são fundamentalmente os mesmos.

No entender de Lopes (2013) as quotas são de enorme importância como estratégia para aumentar e acelerar a representação das mulheres na política, dando-as uma especial atenção, sendo que estão em desvantagem nesse processo de representação política. Gomes (2011) acredita que a luta das mulheres está apenas a iniciar, assim sendo Macedo (2007) vem dar razão a Gomes (2011), onde articula apoiando na ideia de que, atualmente, as mulheres começaram a entrar em maioria no mercado de trabalho e noutras diversas atividades, tendo uma boa qualificação, mesmo assim, verifica-se pouca expressividade em termos de liderança, o que levou Costa (2011) a realçar que

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

quanto a isso, deve-se implantar medidas como recurso de discriminação positiva, no sentido de corrigir essa deficiência de representação, podendo ser lugares reservados, quotas legais de género e sistema de quotas voluntárias pelos partidos, com o intuito de aumentar a representação política das mulheres nos órgãos eletivos e de liderança.

Contudo Évora (2004) é de opinião que ainda não é o suficiente, pois até agora esses direitos não foram alcançados na sua plenitude. Monteiro (2009) realça que há uma fraca permanência de medidas como a simples consagração na lei da igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres, e, particularmente no campo político, isso tem sido registado a nível universal.

Segundo Costa (2010) o mecanismo de discriminação positiva, em confrontação com falas estratégicas e às políticas de igualdade de oportunidades, tem sido objeto de fortes controvérsias, e contradições, logo Monteiro (2009) diz que isso dá-se porque procuram através de arranjos vários na engenharia institucional, uma situação de paridade de género nos órgãos eletivos.

Ainda Monteiro (2009) é de opinião que é vital a adoção de novas medidas complementares que favorecem uma maior participação política das mulheres, como,

“[...]políticas sociais orientadas para a promoção da igualdade entre os homens e mulheres (como por exemplo, a criação de estruturas de apoio às famílias) e de sistemas eleitorais de representação eleitoral, tem vindo a ser realçados como sendo importantes para a promoção da participação política das mulheres” (Monteiro E. F., 2009, p. 55).

Acreditando que as quotas por sexo que permitem acesso aos cargos elegíveis podem lesar outros princípios da constituição política, além do princípio da igualdade da não discriminação, na medida em que, não deveria haver nenhuma lei que regulasse a entrada das mulheres na vida política e nos centros de tomada de decisões.

Com a abertura política e adoção de uma nova constituição em Cabo Verde, a participação política feminina torna fundamental a abordagem dessa problemática

Com a revisão constitucional em 1999, veio mostrar que o Estado incentiva a participação equilibrada de ambos os sexos na vida política (art.º 54º nº 4. CRCV). Uma medida adaptada e que demonstra a boa vontade política para com as mulheres, é a aprovação da lei eleitoral que prevê a fixação de quotas para as mulheres, a preencher pelos partidos políticos que se apresentem às eleições.

Segundo Camacho (2010) a lei estatui que as listas propostas às eleições devem conter uma representação equilibrada de ambos os sexos e prevê uma espécie de bónus financeiro de paridade para os partidos políticos que elejam mais do que um número

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

determinado de mulheres. Não só premia, como também, pode penalizar os partidos políticos ou coligações de partidos, que não ultrapassam vinte e cinco por cento de eleitos do sexo feminino.

Por subvenção eleitoral do Estado serão premiados, nos termos da lei, os partidos políticos ou as coligações de partidos políticos em cujas listas se façam eleger, no plano Nacional, pelo menos vinte e cinco por cento do sexo feminino. (Nº 2 do art.404º, sobre a representação de uma percentagem mínima do sexo feminino nas eleições Legislativas;)

Por subvenção eleitoral do Estado, serão premiados, nos termos da lei os partidos políticos ou as coligações de partidos políticos e as candidaturas apresentadas por grupos de cidadãos em cujas listas se façam eleger, a nível municipal, pelo menos vinte e cinco por cento do sexo feminino. (Nº 2 do art. 420º, sobre a representação de uma percentagem mínima feminina nas eleições Autárquicas;)

Em Cabo Verde, existem mais mulheres do que homens, de acordo com os dados do INE (instituto Nacional de Estatística), onde cerca de 52% são mulheres, o que levou a autora (Evora, 2004) a afirmar que Cabo Verde é um país de mulheres governado por homens. Em contra partida a sub-representação política das mulheres em todas as esferas políticas ainda persiste

“ As mulheres são discriminadas de forma direta ou imputado nos processos de recrutamento político sendo preteridas em favor dos homens pelos órgãos partidários responsáveis pela seleção dos candidatos e pela ordenação das listas” (Monteiro E. , 2008, p. 116)

Nesta perspetiva no entender de (Lopes A. , 2013) a participação igualitária dos dois sexos nos núcleos de decisão política produzira uma oportunidade de melhoria a nível democrático, só que as mulheres estão muito mal representadas.

Contudo Costa (2004) afirma que as quotas são de tão importância que não servem apenas para as mulheres, mas sim podem ser introduzidas a favor dos homens caso estes estejam em condição de sub-representação política ou social.

“Neste sentido achamos que em Cabo Verde deveriam implementar medidas coercivas e adotar a lei das quotas, de modo que as mulheres comecem a integrar as listas e em lugares

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

legíveis, conseqüentemente haverá maior justiça social e um maior acesso ao poder político” (Lopes A. V., 2013, p. 21)

Nesta mesma linha de pensamento Silveira (2005), é de opinião que se estas medidas forem implementadas isso vai influenciar tanto a quantidade, como a qualidade participativa das mulheres na disputa e na prática política, contribuindo para a construção de novas posturas nos partidos políticos e no eleitorado, de modo à alcançar os objetivos.

As quotas nesse sentido seriam de grande ajuda para conceder maior abertura, mais especificamente para as mulheres, e se isso acontecer teríamos uma democracia mais feliz e participativa.

METODOLOGIA

Qualquer trabalho de investigação compreende sempre uma metodologia a adotar, e para levar o estudo adiante iremos utilizar dois métodos, método qualitativo, (livros artigos científicos, dissertação de mestrado, tese de doutoramento) e também iremos recorrer ao método quantitativo (recorrendo ao uso de aplicação de questionário baseados em dados recolhidos dos sites oficiais nomeadamente o IESIEG, INE, afro barómetro).

Para a análise do tema, faz-se o levantamento de um conjunto de bibliografias - livros, artigo e documentos -, de trabalhos/estudos já publicados/complementares ao tema em análise.

Optou-se pelo levantamento e análise de fontes primárias tais como os documentos oficiais, Constituição da República, jornais e trabalhos académicos e livros complementares ao tema.

Trata-se de um estudo do tipo exploratório, sendo de carácter descritivo, com abordagem quantitativa, método que ofereceu possibilidade da situação numa visão crítica da realidade.

Para o presente estudo consideramos como universo de pesquisa os Eleitos Municipais da Assembleia Municipal de São Vicente. Que depois de identificados somam o total de 23 deputados.

Essa pesquisa foi aplicada através de um questionário fechado, na forma de entrevista direta, onde os entrevistados foram selecionados de acordo com a responsabilidade política inerente ao cargo que ocupam e capacidade decisória que lhes foi conferida.

Os questionários serão feitos através de perguntas fechadas com intuito de apreender as opiniões sobre o assunto

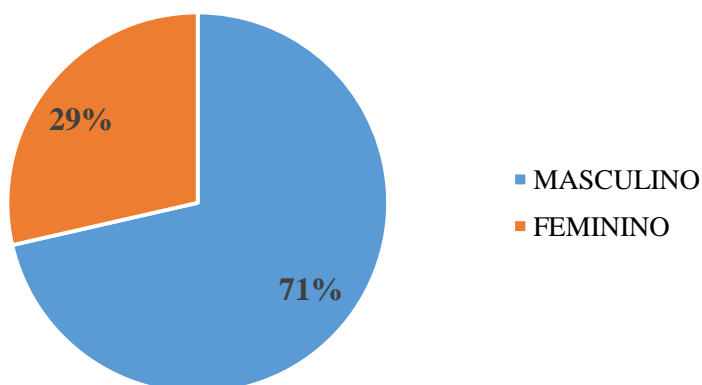
Os dados foram analisados de forma quantitativa, submetidos as análises estatísticas a fim de extraírem os dados.

A análise desses resultados permitir – nos – à perceber a representação por sexo e o significado diferenciado que os partidos políticos atribuem à participação das mulheres, e da inserção das mulheres nos órgãos e centro decisão, bem como o número de candidatas. A comparação dos resultados percentuais de eleitos de ambos os sexos, permite – nos verificar as disparidades existentes. A igualdade de género constitui a nossa principal variável dependente.

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

CAPÍTULO III – Análise de dados

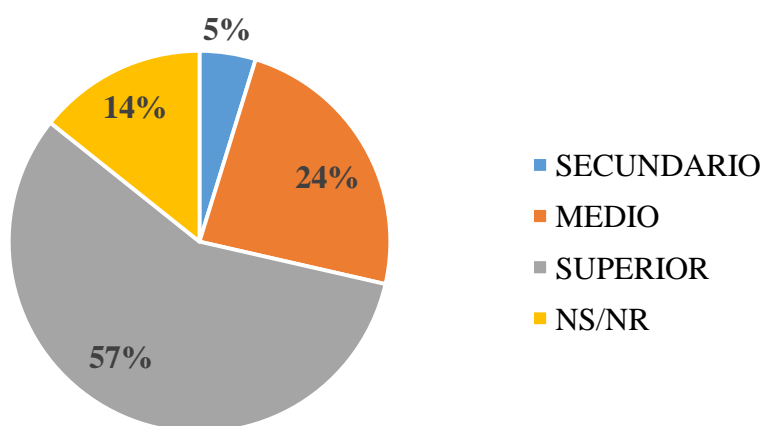
Gráfico 1: Gênero



Fonte: Tabela 18

Segundo os dados 71% dos inquiridos é do sexo masculino e 29% é do sexo feminino.

Gráfico 2: Formação

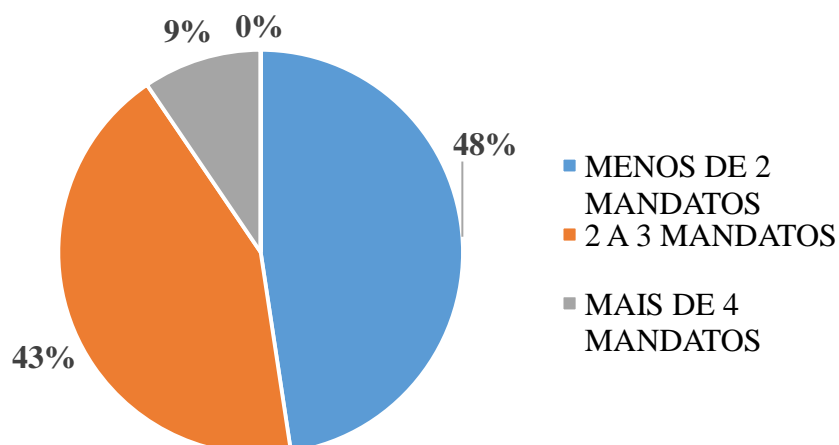


Fonte: Tabela 19

Segundo os dados 5% dos inquiridos tem ensino secundário como nível de escolaridade, 24% ensino médio, 57% tem ensino superior

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

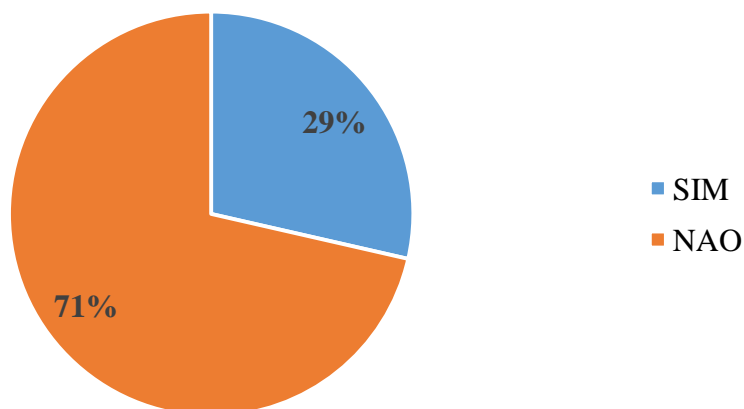
Gráfico 3: Incluindo o mandato atual, quantos mandatos já exerceu na qualidade de eleito (a) municipal.



Fonte: Tabela 20

Segundo os dados 48% dos inquiridos tem menos de 2 mandatos exercidos na qualidade de eleito na Assembleia Municipal, 43% tem 2-3 mandatos, 9% tem mais de 4 mandatos, 14% não sabe não responde.

Gráfico 4: Exerceu algum mandato na camara municipal, assembleia nacional ou governo.

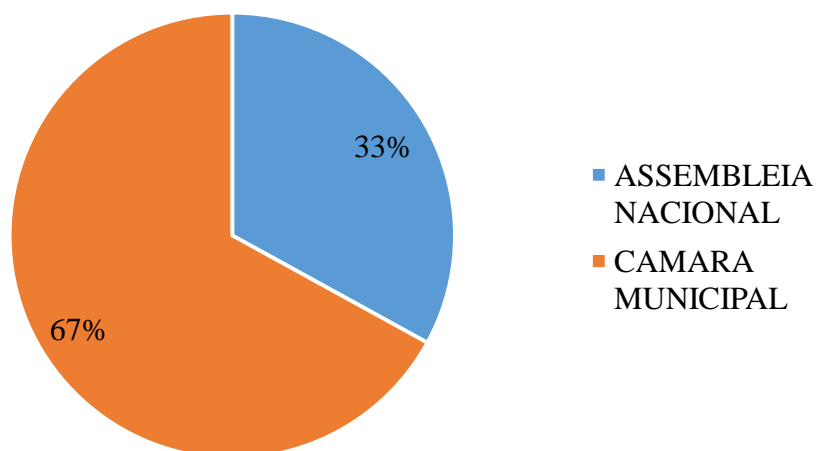


Fonte: Tabela 21

Segundo os dados 29% dos inquiridos já exerceu algum mandato na Câmara Municipal, ou Assembleia Nacional

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

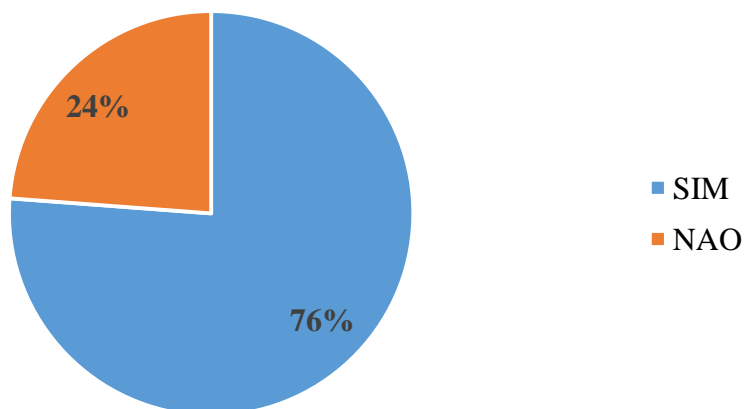
Gráfico 5: Onde exerceu o seu mandato.



Fonte: Tabela 22

Segundo os dados 33% dos inquiridos exerceu seu mandato na Câmara Municipal e 67% na Assembleia Nacional.

Gráfico 6: Na sua opinião assembleia municipal, existe a igualdade de participação dos eleitos.



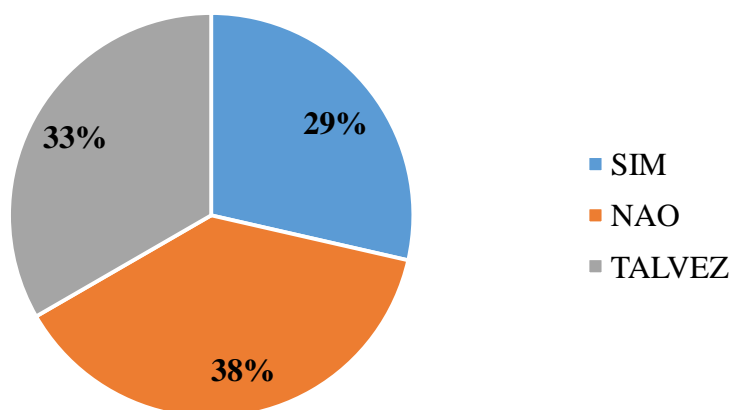
Fonte: Tabela 23

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Segundo os dados 76% dos inquiridos responderam que sim existe a igualdade de participação dos eleitos na Assembleia Municipal, e 24% responderam que não existe igualdade de participação.

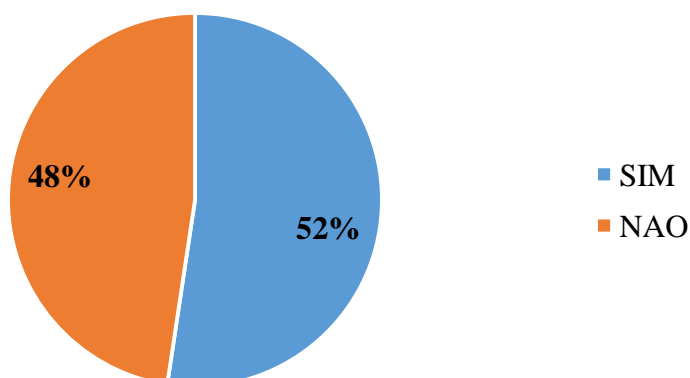
Gráfico 7: Será que os padrões culturais e sociais em cabo verde, proporcionam um papel de destaque aos homens, na assembleia municipal, em detrimento das mulheres.



Fonte: Tabela 24

Segundo os dados 29% dos inquiridos responderam sim os padrões culturais e sociais em Cabo Verde, proporcionam um papel de destaque ao homens na Assembleia Municipal em detrimento das mulheres, 38% que não e 33% talvez.

Gráfico 8:Concorda que ainda persiste na prática a violação dos direitos da mulher (%).



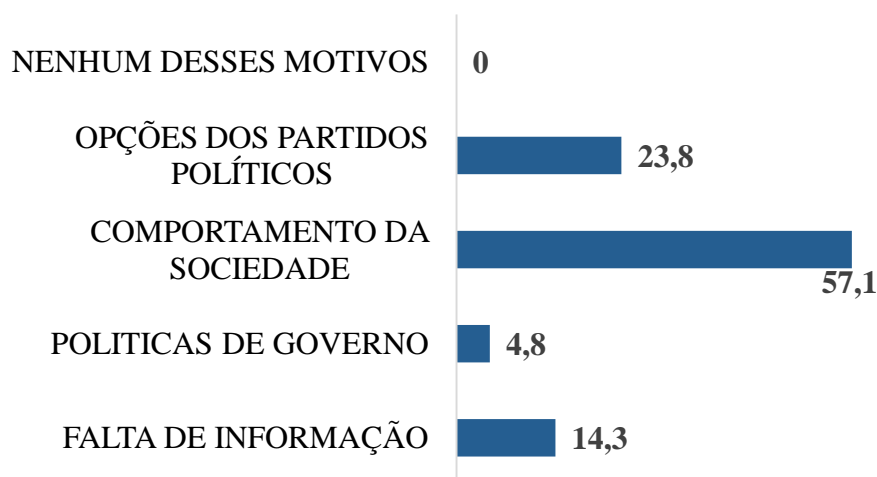
Fonte: Tabela 25

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Segundo os dados 52% dos inquiridos responderam sim ainda persiste na prática a violação dos direitos da mulher e 48% que não.

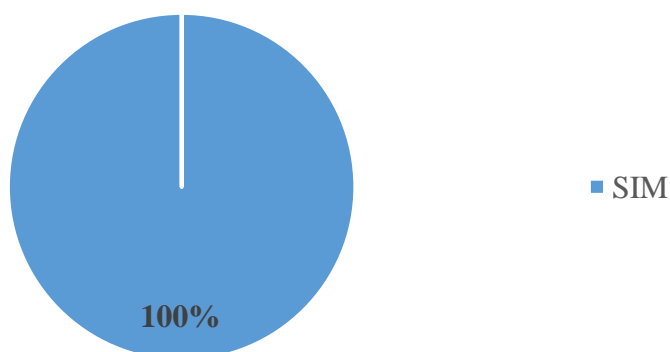
Gráfico 9: Indique os possíveis motivos que persistem na pratica a violação dos direitos da mulher (%).



Fonte: Tabela 26

Segundo os dados os possíveis motivos que persistem na prática a violação dos direitos das mulheres 10,4% dos eleitos diz ser falta de informação, 0,5% por causa de políticas do governo, 50,5%, por opções dos partidos políticos.

Gráfico 10: Acha a participação das mulheres nas listas de assembleia municipal é baixa (%).



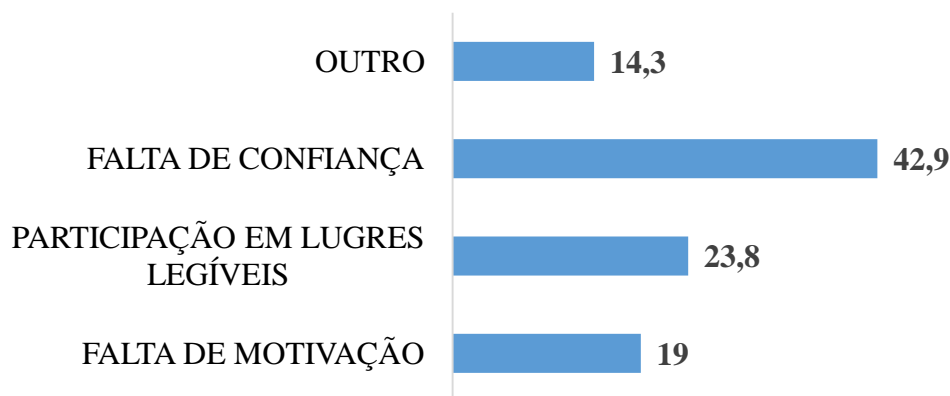
Fonte: Tabela 27

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

De acordo com os dados todos os eleitos acham que a participação das mulheres nas listas de assembleia municipal é baixa.

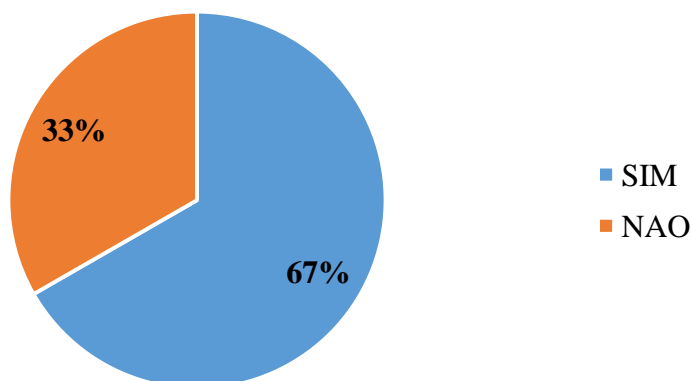
Gráfico 11: Porque acha que a participação das mulheres nas listas de assembleia municipal é baixa (%).



Fonte: Tabela 28

De acordo com os dados 19% dos eleitos Municipais dizem por ser falta de motivação, 23.8 por participação em lugares não legíveis, 42,9 diz ser falta de confiança e 14,3 diz ser outros os motivos participação das mulheres na listas de assembleia municipal ser baixa.

Gráfico 12: Acha que a participação ativa das mulheres, nos diversos sectores da vida política em cabo verde e a sua representatividade nos órgãos de decisão, esta muito limitada.



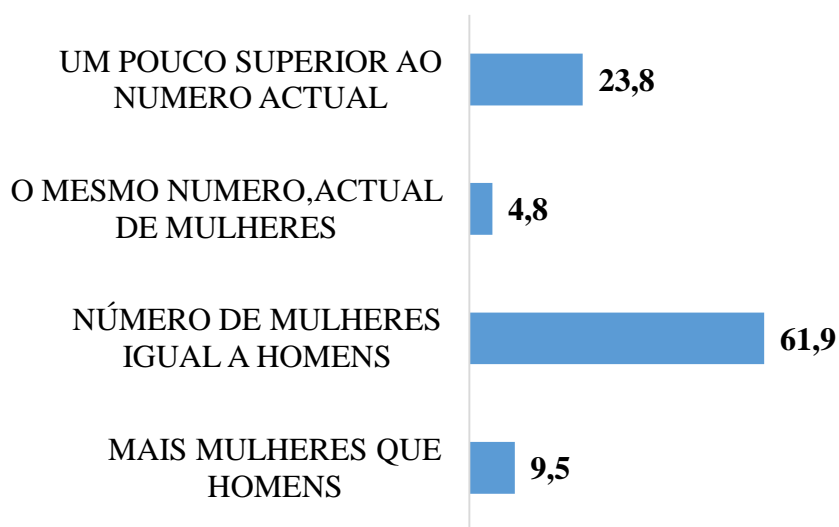
Fonte: Tabela 29

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Segundo os dados 67% dos inquiridos dizem sim que a participação das mulheres nos diversos sectores da vida política em CV esta muito limitada e 33% que não.

Gráfico 13: Dado que a percentagem da população feminina é maioritária em são vicente, na sua opinião, a assembleia municipal de são vicente, deveria ser constituída por (%).

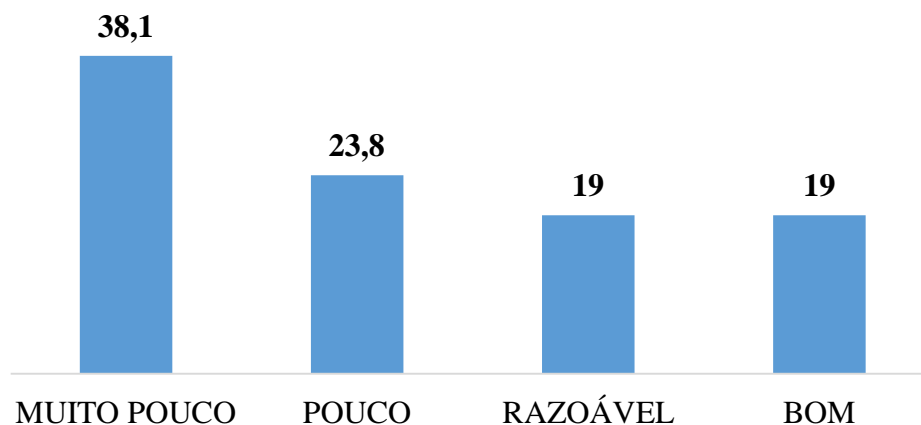


Fonte: Tabela 30

Segundo os dados 10% os eleitos é de opinião que a Assembleia Municipal deveria ser constituída mais por mulheres do que homens, 62 % por numero de mulheres igual aos homens, 5% o mesmo numero, atual de mulheres e 23% um pouco superior ao numero atual.

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

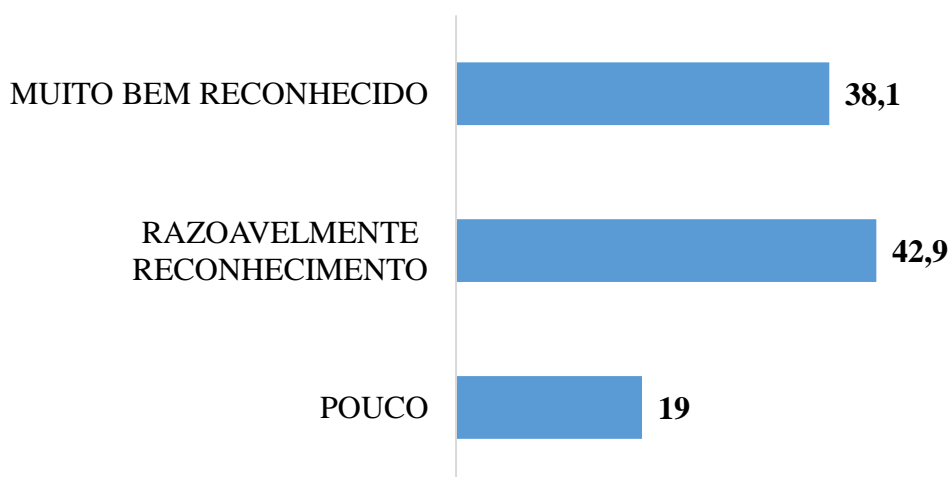
Gráfico 14: Como considera o numero de mulheres na assembleia na municipal de São Vicente (%).



Fonte: Tabela 31

Segundo os dados 39% dos inquiridos considera muito pouco o número de mulheres na Assembleia Municipal de São Vicente, 21% diz ser pouco, 20% considera razoável o número e 20% considera bom

Gráfico 15: Na sua opinião qual o nível de reconhecimento do desempenho das mulheres na assembleia (%).



Fonte: Tabela 32

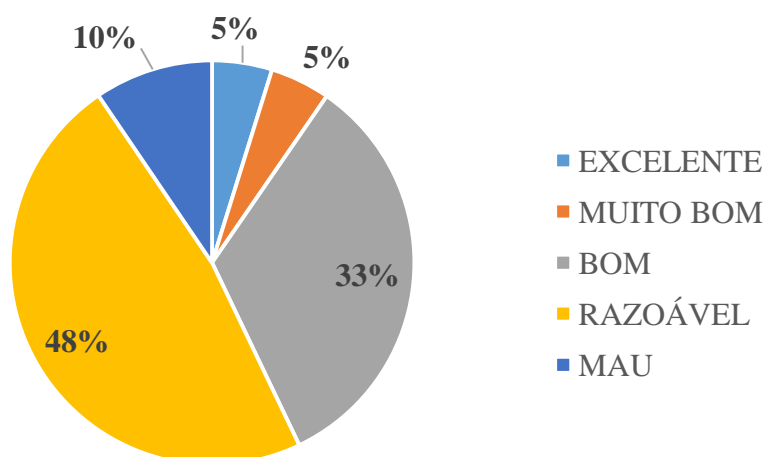
IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Segundo os dados 20% dos eleitos considera o nível de reconhecimento do desempenho das mulheres na assembleia é pouca, 41% considera razoavelmente reconhecido o desempenho das mulheres e 39% muito reconhecido.

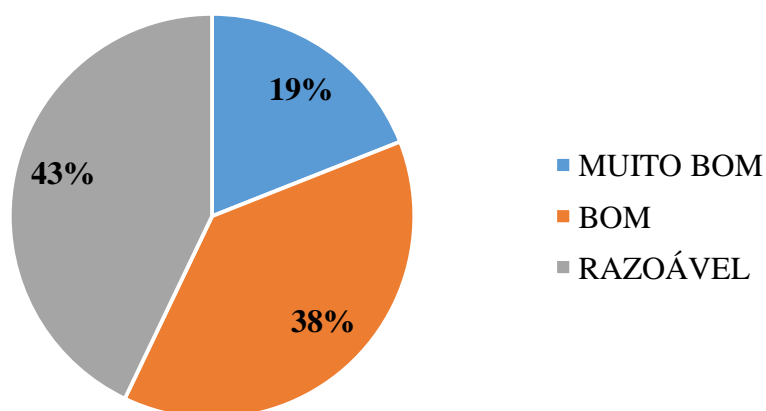
Segundo os dados 5% dos inquiridos caracteriza a democracia Cabo-verdiana excelente, 5% muito bom, 33% de bom, 48% de razoável e 9% de mau.

Gráfico 16: Como caracteriza a democracia cabo-verdiana



Fonte: Tabela 33

Gráfico 17: Sendo a assembleia um dos suportes dessa democracia, qual a apreciação que faz do desempenho da assembleia municipal de são vicente (%).



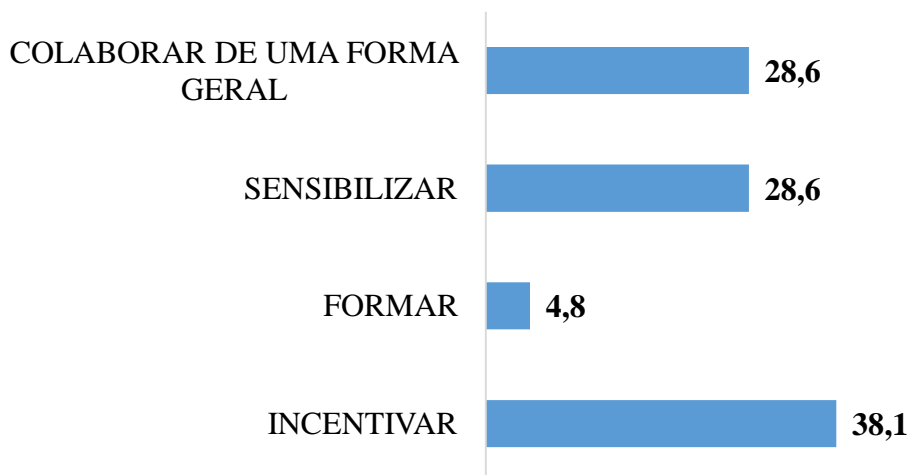
Fonte: Tabela 34

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Segundo os dados 19% os inquiridos faz uma apreciação do desempenho da Assembleia Municipal de São Vicente de muito bom, 38% de bom desempenho e 43% de um desempenho razoável.

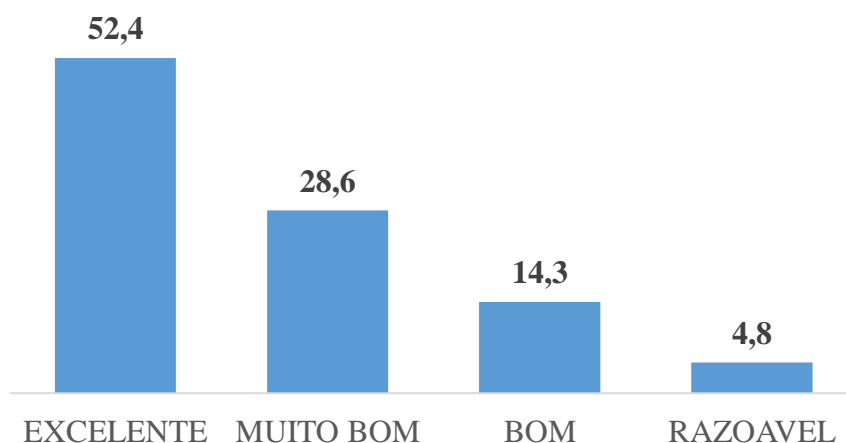
Gráfico 18: Qual tem, sido a sua colaboração política referente a participação das mulheres na construção e consolidação da democracia cabo-verdiana (%).



Fonte: Tabela 35

Segundo os dados 39% dos eleitos tem dado a sua colaboração política de forma a incentivar a participação das mulheres, 5% tem dado a sua colaboração de formar, 26% de incentivar e 30% de colaborar de uma forma em geral.

Gráfico 19: Qual o seu relacionamento com os colegas do sexo oposto (%).



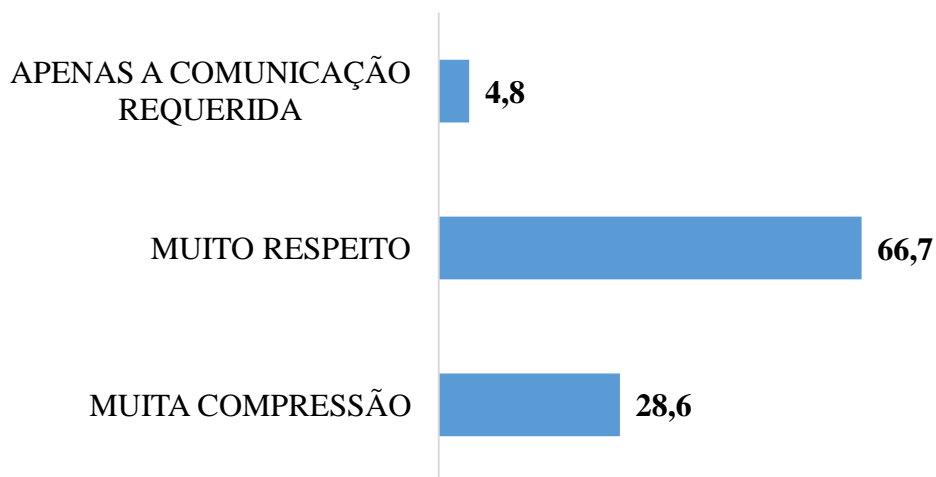
Fonte: Tabela 36

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Segundo os dados 50% dos eleitos tem um relacionamento excelente com os colegas do sexo oposto, 30% com relacionamento muito, 15% bom relacionamento e 5% razoável.

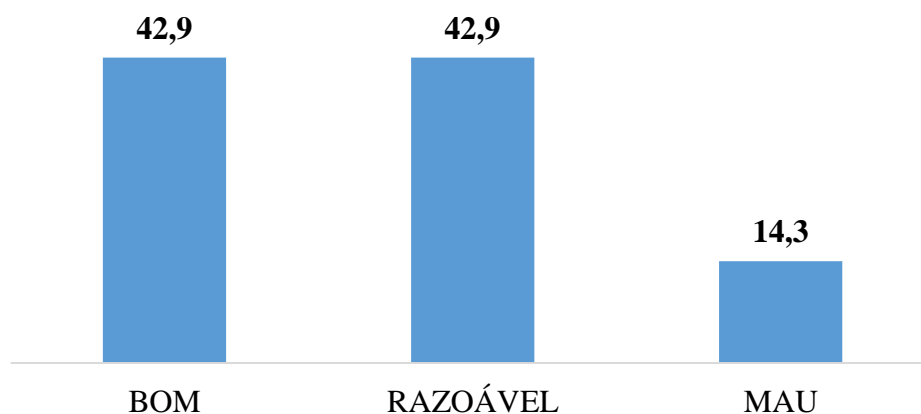
Gráfico 20: Que tipo de relacionamento mantem com os colegas dos partidos (%).



Fonte: Tabela 37

Segundo os dados 28% dos eleitos mantem um relacionamento de muita compreensão com colegas dos partidos, 67% matem relacionamento de muito respeito e 5% apenas comunicação requerida

Gráfico 21: Qual a sua opinião relativamente só sistema de quotas (%).

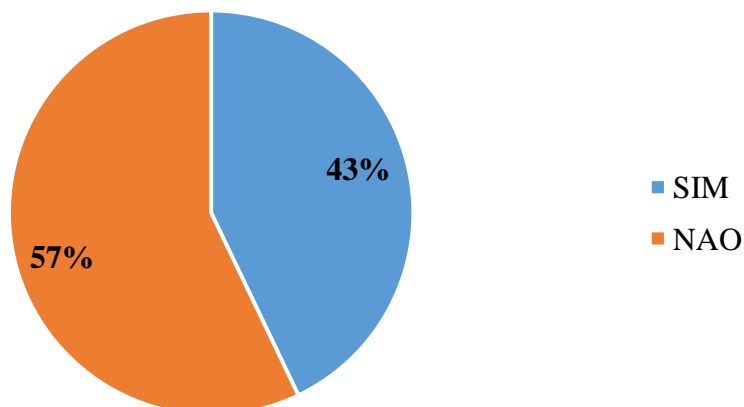


IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Fonte: Tabela 38

Segundo os dados 45% dos eleitos é de opinião que é bom a lei das quotas, 45% é de opinião que é razoável e 10% é de opinião que é mau.

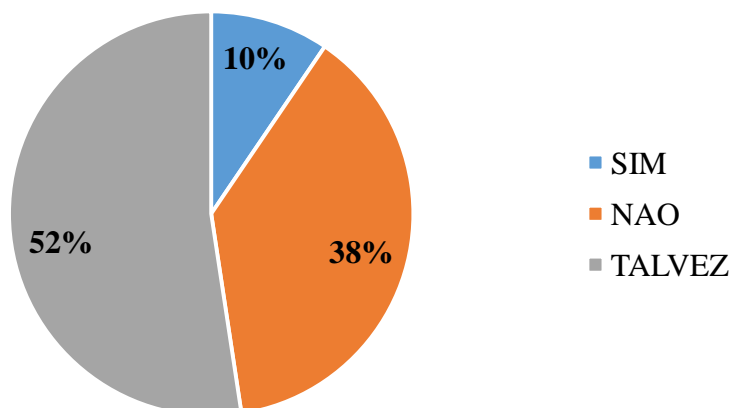
Gráfico 22: No seu entendimento as quotas poem em causa a qualidade de uma boa governação? (qualidade vs. Quantidade) (%).



Fonte: Tabela 39

Segundo os dados 43% dos inquiridos dizem sim que as quotas poe em causa a qualidade de uma boa governação, e 57% responderam que não poe em causa.

Gráfico 23: Será esta medida de implementação das leis das quotas uma boa solução para erradicar a problemática da sub-representação das mulheres nos órgãos do poder.



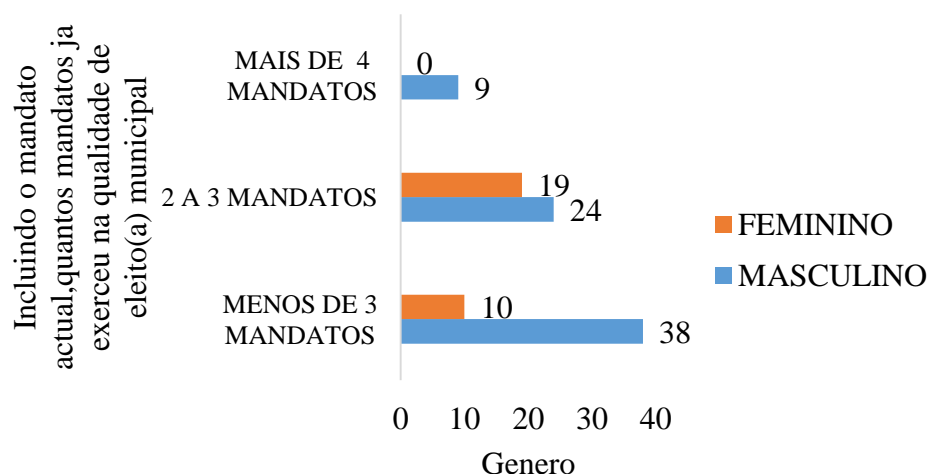
Fonte: Tabela 40

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Segundo os dados 10% dos inquiridos dizem sim as leis das quotas é uma solução para erradicar a problemática da sub-representação das mulheres nos órgãos do poder, 38% que não é boa medida e 52% talvez.

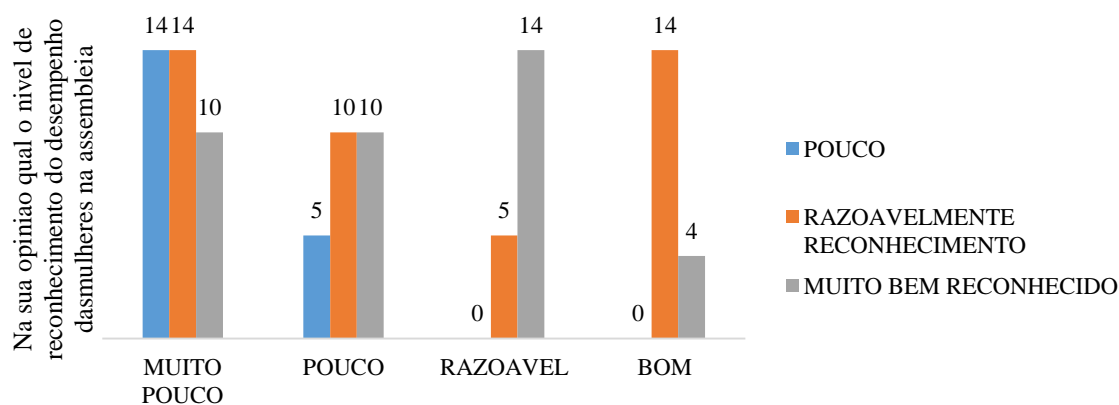
Gráfico 24: Cruzamento de dados entre género e mandatos exercidos (%)



Fonte: Tabela 41

Dos inquiridos de género masculino 38% já exerceram menos de 2 mandatos, 24% já exerceram 2 a 3 mandatos e 9% já exerceram mais de 4 mandatos como eleito municipal, enquanto os inquiridos de género feminino 10% já exerceram menos de 2 mandatos, 19% já exerceram 2 a 3 mandatos.

Gráfico 25: Cruzamento de dados entre numero de mulheres na AM com qual o nível de desempenho na AM (%)



Como considera o numero de mulheres na assembleia municipal de sao vicente

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

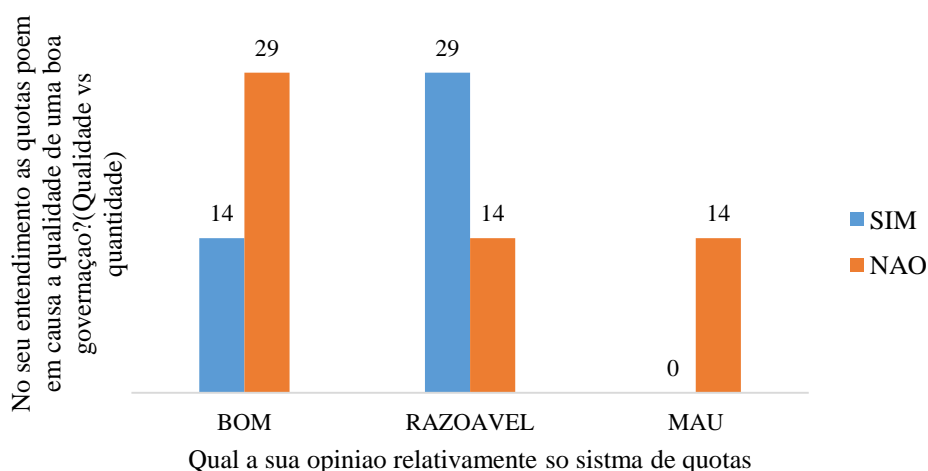
Fonte: Tabela 42

Dos inquiridos que consideram o número de mulheres na AM de SV muito pouco 14% acha que o nível de reconhecimento do desempenho das mulheres na AM é pouco, 14% razoavelmente reconhecido e 10% muito bem reconhecido.

Dos inquiridos que consideram o número de mulheres na AM pouco 5 % acha que o nível de reconhecimento do desempenho das mulheres na AM é pouco, 10% é razoavelmente reconhecido e 10% acha muito bem reconhecido. Dos inquiridos que consideram o número de mulheres na AM de SV razoável 5% dos inquiridos considera razoavelmente o reconhecimento do desempenho das mulheres e 14% muito bem reconhecido.

Dos inquiridos que consideram o número de mulheres na AM de SV bom 14% considera razoavelmente reconhecido e 4% considera bem reconhecido.

Gráfico 26: Cruzamento de dados entre sistema de quotas e a qualidade de boa governação (%)



Fonte: Tabela 43

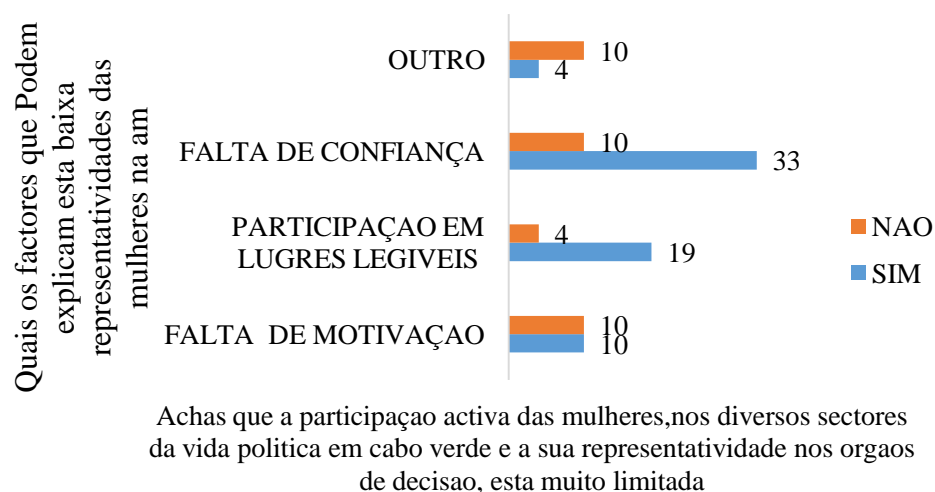
Dos inquiridos que consideram o sistema de quotas boas 14% acham que sim as quotas poe em causa a qualidade de uma boa governação. Dos inquiridos que acham razoável o sistema de quotas 29% acha que sim poe em causa a qualidade de uma boa governação e 14% acha que não coloca em causa a boa governação. Dos

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

inquiridos que considera a lei das quotas mau 14% acha que não poe em causa a boa governação.

Gráfico 27: cruzamento de dados entre representatividade da mulher nos órgãos de decisão e fatores que explicam essa representatividade (%)

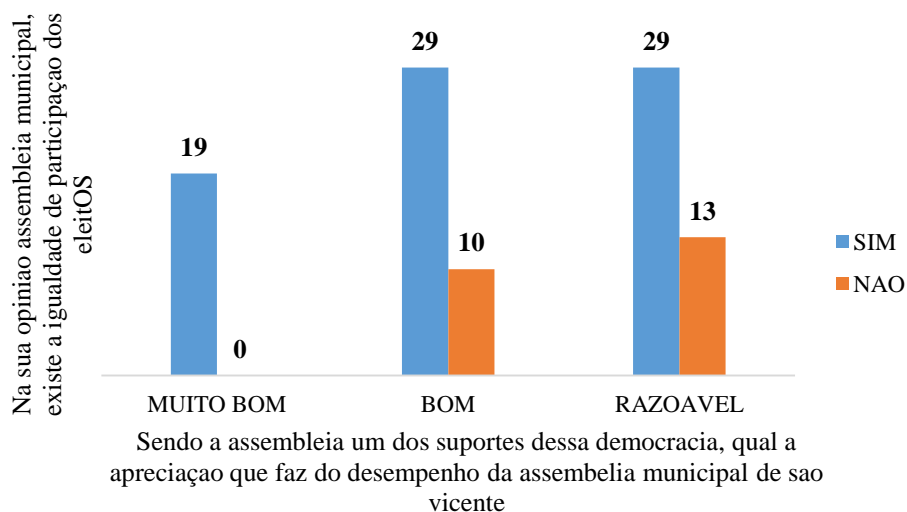


Fonte: Tabela 44

Dos inquiridos que acham que a participação ativa das mulheres nos diversos sectores na politica em CV é limitada 10% acham que o motivo é a falta de motivação, 19% dizem por participação nos lugares não legíveis, 33% por falta de confiança, 4% por outros motivos e dos inquiridos que não acha que a participação ativa das mulheres nos diversos sectores na politica em CV é limitada 10% dizem por falta de motivação, 4% por participação em lugares não legíveis, 10% por falta de confiança e 10% outros.

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Gráfico 28: Cruzamento de dados entre desempenho da AM com a existência de igualdade de participação dos eleitos (%)



Fonte: Tabela 45

Dos inquiridos que acham muito bom o desempenho da AM 19% dizem sim que a AM existe igualdade de participação entre os eleitos. Dos que acham bom o desempenho 19% é de opinião que sim existe igualdade de participação entre os eleitos e 10% dos inquiridos acham que não existe igualdade de participação entre os eleitos. Dos inquiridos que acham razoavelmente o desempenho da AM 29 % dizem que sim existe igualdade entre os eleitos e 13% acham que não existe igualdade entre os eleitos.

Confrontação das hipóteses

Hipótese 1- Na Assembleia Municipal existe igualdade de participação.

Segundo o levantamento dos dados sobre a existência de igualdade de participação entre os eleitos na Assembleia Municipal a maioria dos eleitos que corresponde 76% (ver gráfico 7) dos inquiridos responderam que sim existe igualdade de participação entre os eleitos e 24% é de opinião que não existe, sendo que quanto ao nível de reconhecimento do desempenho das mulheres na Assembleia Municipal sendo que 38,1% (ver gráfico 16) acha muito bem reconhecido, com 42,9% de opinião que o reconhecimento do desempenho das mulheres é razoável e 19% acha que é pouco reconhecido. Com as lutas feministas ou das mulheres na igualdade de participação o que se nota é que cada vez mais tem conquistando mais espaço principalmente no que concerne a participação nos órgãos do poder local, nesta perspetiva que segundo Monteiro 2011 (...) que depois da segunda guerra mundial, a igualdade entre os homens e as mulheres foi amplamente reconhecida- em todos os domínios. Embora muitos autores é de opinião que apesar dos avanços conseguidos ate hoje ainda há um longo caminho a percorrer. Para Aristóteles “se a liberdade e a igualdade são iguais a democracia só podem existir em sua plenitude se todos os cidadãos gozarem das mais perfeita igualdade politica”. Entretanto numa análise de qual apreciação o eleito municipal faz do desempenho da Assembleia Municipal em São Vicente onde 19% diz ser muito bom desempenho, 38% acha que é bom e 43% faz uma apreciação de que o desempenho da AM em SV é razoável.

Neste sentido torna Valido a hipótese que a na Assembleia Municipal existe igualdade de participação, podendo assim dizer que segundo os dados entre os eleitos municipais existe igualdade de oportunidades ou neste caso de participação.

Hipótese 2- Os eleitos Municipais de São Vicente garantem igualdade de género na Assembleia Municipal.

Segundo os dados (ver gráfico 2) 71% dos inquiridos é do sexo masculino e 29% é do sexo feminino ou seja neste caso a AM é constituída por maioritariamente por homens. Não obstante no que concerne a igualdade de participação existente entre os eleitos na AM 76% (ver gráfico 7) dos inquiridos responderam que sim existe a igualdade de participação dos eleitos na Assembleia Municipal, e 24% responderam que

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

não existe igualdade de participação, e no que concerne se os padrões culturais em Cabo Verde, proporcionam um papel de destaque aos homens em detrimento das mulheres na AM. Segundo os dados 29% dos inquiridos responderam sim os padrões culturais e sociais em Cabo Verde, proporcionam um papel destaque, 38% que não e 33% talvez. Segundo os dados (ver gráfico 15) 39% dos inquiridos considera muito pouco o número de mulheres na Assembleia Municipal de São Vicente, 21% diz ser pouco, 20% considera razoável o número e 20% considera bom, de acordo com os dados nota-se que apesar dos avanços a mulher ainda continua sub-representada em relação número de homens na Assembleia Municipal. Segundos os dados os possíveis motivos que explica na prática a discrepância entre género na AM é a falta de confiança com 42,9% das respostas dos inquiridos, e com 23,8% é a participação em lugares não legíveis, 19% falta de motivação o que de acordo com Monteiro a presença das mulheres na vida pública depende, acima de tudo da sua própria tomada de consciência e da sua evolução, da sua capacidade de abandonar os estereótipos das especificidades sexuais (...) enquanto para Martins e Teixeira a sub-representação das mulheres na esfera politica institucional, pode se constatar duas respostas, que as mulheres enquanto grupo social e por contra posição aos homens carecem de recursos e motivações necessárias para obter a igualdade de participação e de acesso aos lugares de responsabilidade politica, um outro ponto de vista que diz que as mulheres são discriminadas de forma direta nos processos de recrutamento políticos sendo deixada pra trás em favor dos homens.

Em relação a hipótese 2 pode-se dizer que mediante os dados apresentados ela torna-se invalida, pois apesar das lutas e dos avanços significativos ainda tem um longo caminho a percorrer para que haja a to desejada igualdade de género no poder local.

CONCLUSÃO

Perante os factos apresentados conclui-se que, apesar das mudanças ocorridas principalmente na década de 60 e 70, predominantemente nas democracias ocidentais atuais o sistema de valores patriarcal predomina, dificultando a afirmação das mulheres como figuras publicas, politicas, ou seja não promove á primeira uma socialização para politica idêntica de ambos os sexos.

Analisar as desigualdades de gênero importa em compreender como se constituem as relações entre homens e mulheres face à distribuição de poder.

Neste sentido as igualdades de género, a participação das mulheres tem sido um tema em evidência nos últimos anos, tanto a nível Internacional como Nacional, vários são os autores que abordam esse fenómeno em várias dimensões principalmente sociológica. Neste estudo o que se tinha delineado era de procurar compreender a relação de género, a nível Nacional concretamente no poder local na AM e São Vicente.

Mas apesar dos ganhos ocorridos ate então, as mulheres ainda continuam um pouco a baixo em relação ao homem no que concerne a sua representatividade na Politica. Para reverter estas situação varias são as instituições que tem vindo a trabalhar para tentar colmatar esta lacuna existente, um exemplo disso é a ONU, instituição que tem vindo a trabalhar em prol dos direitos das mulheres, abrangendo inúmeras áreas principalmente no que concerne as discriminações em relação ao género, politica entre outros. Alem disso, uma serie de tratados e convecções tem sido postas em prática dedicado ao avanço das mulheres. Embora o reconhecimento desses esforços efetuados por estas instituições ainda esta muito longe de atingir as expectativas.

Cabo Verde sendo um estado democrático apesar dos constrangimentos, tem- se destacado pela sua evolução no que concerne a participação, vários foram os ganhos obtidos na participação política feminina nos vários órgãos do poder.

No que diz respeito a igualdade de género nos órgãos do poder, neste caso no poder local mas propriamente, na Assembleia Municipal desde a abertura politica (1991), as mulheres passam a exercer vários cargos, passando a ter vários assentos embora que timidamente.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE

Caso da Assembleia Municipal

Ao longo do trabalho foi delineado 2 hipóteses para tentar compreender a igualdade de género na AM, constata-se que apesar da AM de São Vicente desde das primeiras eleições, se tenha notado presença de mulheres entre os eleitos municipais, a primeira hipótese: Na AM existe igualdade de participação foi validado uma vez que de acordo com os inquiridos, neste caso os eleitos municipais, são de acordo que as mulheres tem total liberdade de participação. Dado a evolução em vários domínios, estão mais escolarizadas, independentes e uma vez eleitas carecem da mesma vez de participação que os homens, tudo isso leva a afirmar, que se as mulheres esforçarem-se um pouco mais já não será como diz a autora Gomes “um país de mulheres governados por homens” mas sim um país de Mulheres e Homens governados por Mulheres e homens. E a segunda hipótese: os eleitos Municipais em SV garantem a igualdade de género na AM, esta hipótese foi refutada uma vez que os dados obtidos, na ótica dos eleitos, não garantem igualdade de género, visto que vários são os motivos apontados, como a falta de confiança, a participação em lugares não elegíveis, por isso que há uma enorme discrepância entre género na Assembleia.

Embora que relativamente a participação de mulheres nas autarquias locais, mas concretamente em São Vicente na Assembleia Municipal, desde as primeiras eleições que se nota a presença de mulheres nas listas, embora sempre em números inferiores em relação aos homens.

Reconhece-se a elevada capacitação das mulher, mas contudo há que trabalhar ainda mais em prol de colmatar esta lacuna dentre género existente e não só da participação política das mulheres.

Varias são os fatores que de uma certa forma criam obstáculo a participação das mulheres nos diferentes setores da vida política, publica. Neste sentido que o problema de integração da mulher na política constitui, ainda hoje um problema que se opõe a nível mundial.

As quotas têm-se revelado uma boa medida para que haja mais mulheres na política, nos parlamentos tanto nacional como Municipal, mas ainda persiste muitas controvérsias sobre as mesma o que leva a uma questão que muito se tem colocado no que concerne a qualidade versos quantidade, neste sentido há que trabalhar mais a questão da lei de quotas e de paridade de modo a conseguir uma participação ativa das mulheres na política.

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Para fazer frente a esta situação é de extrema importância que as entidades competentes trabalhem melhor as leis, o sistema eleitoral, de forma a corrigir a sub-representação das mulheres. Contudo o governo tem que criar condições no sentido de reduzir as outras formas de desigualdades existentes na sociedade, para que ambos os sexos possam ter acessos aos mesmos recursos, sem discriminação.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, P. (1994). Ensaio de Geopolítica. Lisboa: ISCT.
- Andrade, J. V. (s.d.).
- Andrade, J. V., & Abreu, T. R. (2011). A comparação de conceito e categoria, género e a sua contribuição. Em J. J. Abreu, & T. R. Andrade,
- Baptista, A. P. (2009). Mitos da Maternidade: um estudo a partir de um olhar sistémico. Florianópolis.
- Barros, J. B. (2002). Epidemiologia e Desigualdade: notas sobre a teoria e a história. Obtido em 25 de agosto de 2015, de <http://75.102.22.228/uploads/1168534356.pdf>:
- Bourdieu, P. (1979). La Distinction. Critique Sociale du Jugement,. Paris, Minuit.
- Bessa, A. (1997). Elites e Poder. Lisboa: ISCSP.
- Bessa, A. (2002). Elites e Movimentos Sociais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Bobbio, N. (1989). Dicionário de Política 11ª edição. UNB.
- Borracho, C. (2011). Psicologia Política, a Questão do poder. Escolar Editora. Lisboa:
- Bourdieu, P. (1999). A Dominação Masculina. Celta Editors. Oeiras
- Cabral, A. (2012). Mulheres em Cabo Verde . Em U. CIGEF.
- Cabral, F., & Diaz, M. (1998). Relações de Género. Em F. Cabral, & M. Diaz, Relações de Género. Belo horizonte: Rona Ltda.
- Camacho, E. (2010). A Participação das Mulheres na Política em Cabo Verde.
- Canas, V. (1999). A Questão da Igualdade de Participação Política, Democracia com mais Cidadania. Lisboa.
- Claret, M. (2002). A Política de Aristóteles . Lisboa: bilingue.
- Colouris, D. (2004). Ideologia, Dominação de Discurso de Género.
- Costa, A. F. (16 de novembro de 2012). Desigualdades Globais, Sociologia, Problemas e Práticas. Obtido em 23 de janeiro de 2015, de <http://spp.revues.org/650>
- Costa, A. F. (2012). Desigualdades Sociais e Contemporâneas. Em A. F. Costa. Mundos Sociais.
- Costa, S. (2004). Movimentos Feministas. O Feminismo. Brasília.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

- Costa, S. (2010). Do Folocentrismo Esteril: Mulheres e Participação Política em Cabo Verde. *Jornal A Semana*, Jan/2010.
- Costa, S. (2011). *Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático*. Praia: Edições da UNICV.
- Costa, S. (2011). *Mulheres e Participação Política no Cabo Verde Democrático*. Praia: Edições da UNICV.
- Costa, S. (2014). *Mulheres Participação Política e Democratização em África*.
- Dalh, R. (1971). *Poliarchy: Participation and opposition*,. Yale University Press.
- Evora, R. (2004). *A abertura Política e o Processo de Transição Democrática em Cabo Verde*. Cidade da Praia.: Spleen Edições.
- Facio, A., & Fries, L. (2005). *Feminismo, Genero e Patriarcado*. Em e. L. Alda Facio.
- Faria, J. V. (1999). *Participação Política Feminina e Democratica Percursos Constrangimentos e Insentivos*.
- Fernandes, A. T. (2014). *Desigualdades e Representações Sociais*. Porto, Portugal: Revista da Faculdade de Letras Sociologia, Mai/2014.
- Giddens, A. (2001). *Sociologia*. Em A. GiDDENS, serviço de educação e bolsas. Lisboa: Polity Press e Blackwell Publishers Ltd, Fev/2001.
- Gomes, C. (2011). *Mulher e Poder o Caso de Cabo Verde*. Praia Cabo Verde: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL).
- Jablonsky, B. (1998). *Ate Que a Vida nos Separe (crise no casamento contemporaneo)*. Em B. Jablonsky. Rio de Janeiro: Agir
- Kunzler, L. (2008). *Representação Política; História Cultural; Direitos da Mulher*. UNIOESTE.
- Lisboa, T. K. (2010). *Genero, Feminismo e Serviço Social - Encontros e Desencontros ao Longo da Historia da Profissao*. Em T. K. LISBOA. Florianopolis, Brasil: UFSC.
- Lopes, A. (2013). *A Problematica da Participação das Mulheres na Política: O Caso Parlamento de Cabo Verde*.
- Lopes, A. V. (2013). *A Problemática da Participação das Mulheres nos Órgãos de Poder Político: O Caso do Parlamento Cabo-verdiano*. Liaboa: ISCTE.
- Macedo, E. (2007). *Outras Formas de Ser e Estar. Mulheres Participação e Tomda de Decisao*. Lisboa: Colibri, Centro de Estudos Africanos.

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Machado, G. M. (17 de agosto de 2015). Filosofia/Rousseau-e-a-Desigualdade-Entre-os-homens. Obtido em 17 de Agosto de 2015:

<http://www.infoescola.com/filosofia/rousseau-e-a-desigualdade-entre-os-homens/>

Marina, J. A. (2009). A paixão do Poder. Anagrama.

Martins, M. (2004). Participação Política e Democracia, o Caso Português. Lisboa: ISCP.

Martins, M. M. (2010). Cidadania e Participação Política, Temas e Perspectivas de Análise. LISBOA: Instituto Superior de Ciências Sociais.

Mies, M., & Shiva, V. (1993). Ecofeminismo. Lisboa.

Mill, J. (2014). Sobre a Liberdade. Em J. Mill, Sobre a Liberdade.

Mill, J. (2014). Sobre a Liberdade. Em J. Mill, Sobre a Liberdade. ISBN- 978-972-44-1281-8. Edições 70.

Monteiro, A. I. (2009). Política Internacional. Portugal: Porto.

Monteiro, E. (2008). Mulheres Democracia e representação política, in Teresa Cunha e Celina Santos. Em E. Monteiro. Santa Maria da Feira, Lisboa.

Monteiro, E. F. (2009). Mulheres, Democracia e desafios Pós-colónias. Praia Cabo Verde: Gabinete de Comunicação e Imagem da UNICV.

Morais, P. (15 de abril de 2015). Obtido em 15 de abril de 2015, www.cercusal.blogspot.com:

Morreira, A. (2009). Ciência Política. Em A. Morreira, Ciência Política. COIMBRA.

Nathaniel, A. (1979). Os grandes Acontecimentos do Século XX. Lisboa: Reader's Digest SARL.

Norris, P. (2004). Electoral Engineering. Voting Rules and Political Behavior,. Cambridge.

Oliveira, R. D. (1993). Elogio da Diferença e Feminismo Emergente. Em R. D. Oliveira. São Paulo.

Pena, T. M. (2005). Desigualdade Social - Questão de Género.

Pereira, A. M. (2005). Reforçar o Partido e Democracia, Consolidar a Independência. Praia: DIP do PAICV.

Rousseau, J. (1997). Discurso Sobre Origem e Fundamentos.

Rousseau, J. (26 de junho de 2015). Obtido em 26 de junho de 2015, <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAccMAF/resenha-rousseau/>

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

- Santana, A. M. (julho de 2010). Uma Questao de Genero e Poder. Brasil.
- Scott, J. (1995). Genero: Uma Categoria Util de Analise Historica. Em J. Scott, Genero: Uma Categoria Util de Analise Historica
- Silva, C. d. (2011). A Desigualdade Imposta Pelos Papeis de Homem e Mulhere: Uma Possibilidade de Construcao da Igualdade de Genero.
- Silveira, O. (2005). A Democracia em Cabo Verde. Lisboa: Coimbra.
- Therborn, G. (2006). Meaining, machanisms, patterns, and forces: an introduction. Londres: inequalities of the world, Londres, verso, app1-58.
- Viegas, J. e. (1999). Participação Política Feminina e Democracia: Percursos, Constrangimentos e Incentivos, Sociologia: Problemas e Práticas.
- Viegas, J., & Faria, S. (1999). Participação Politica Feminina e Democracia, Percursos e Constrangimentos e Incentivos. Celta Editora.
- Viegas, J., & Faria, S. (2001). As Mulheres na Politica. Portugal, Oeiras: Celta Editora.
- Williams, S. (1999). Manual de formação em Genero da Oxfam.

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

ANEXO

Anexo 1 - Tabelas dos dados do Questionários

Tabela 1: Idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MAIS DE 34	21	100,0	100,0	100,0

Tabela 2:Gênero

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MASCULINO	15	71,4	71,4	71,4
	FEMININO	6	28,6	28,6	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 3:Formação

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SECUNDÁRIO	1	4,8	4,8	4,8
	MEDIO	5	23,8	23,8	28,6
	SUPERIOR	12	57,1	57,1	85,7
	NS/NR	3	14,3	14,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 4:Incluindo o mandato atual, quantos mandatos já exerceu na qualidade de eleito (a) municipal

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MENOS DE 2 MANDATOS	10	47,6	47,6	47,6
	2 A 3 MANDATOS	9	42,9	42,9	90,5
	MAIS DE 4 MANDATOS	2	9,5	9,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Tabela 5:Exerceu algum mandato na camara municipal, assembleia nacional ou governo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	6	28,6	28,6	28,6
	NAO	15	71,4	71,4	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 6:Onde exerceu o seu mandato

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CAMARA MUNICIPAL	2	9,5	33,3	33,3
	ASSEMBLEIA NACIONAL	4	19,0	66,7	100,0
	Total	6	28,6	100,0	
Missing	System	15	71,4		
	Total	21	100,0		

Tabela 7:Na sua opinião assembleia municipal, existe a igualdade de participação dos eleitos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	16	76,2	76,2	76,2
	NAO	5	23,8	23,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 8:Será que os padrões culturais e sociais em cabo verde, proporcionam um papel de destaque aos homens, na assembleia municipal, em detrimento das mulheres

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	6	28,6	28,6	28,6
	NAO	8	38,1	38,1	66,7
	TALVEZ	7	33,3	33,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Tabela 9:Concorda que ainda persiste na prática a violação dos direitos da mulher

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	11	52,4	52,4	52,4
	NAO	10	47,6	47,6	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 10:Indique os possíveis motivos que persistem na prática a violação dos direitos da mulher:

Tabela 26.1 -

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	3	14,3	100,0	100,0
Missing	System	18	85,7		
	Total	21	100,0		

Tabela 26.2 - Políticas de governo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	1	4,8	100,0	100,0
Missing	System	20	95,2		
	Total	21	100,0		

Tabela 26.3 - Comportamento da sociedade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	12	57,1	100,0	100,0
Missing	System	9	42,9		
	Total	21	100,0		

Tabela 26.4 - Opções dos partidos políticos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	5	23,8	100,0	100,0
Missing	System	16	76,2		
	Total	21	100,0		

Tabela 26.5 - Nenhum desses motivos

		Frequency	Percent
Missing	System	21	100,0

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Tabela 27 - Acha a participação das mulheres nas listas de assembleia municipal é baixa

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	21	100,0	100,0	100,0

Tabela 28 - Porque é que acha participação das mulheres nas listas de assembleia municipal é baixa

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid FALTA DE MOTIVAÇÃO	4	19,0	19,0	19,0
PARTICIPAÇÃO EM LUGRES LEGÍVEIS	5	23,8	23,8	42,9
FALTA DE CONFIANÇA	9	42,9	42,9	85,7
OUTRO	3	14,3	14,3	100,0
Total	21	100,0	100,0	

Tabela 29 - Acha que a Participação ativa das Mulheres, nos diversos Sectores da vida Política em Cabo Verde e a sua Representatividade nos órgãos de Decisão, esta muito limitada

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	14	66,7	66,7	66,7
NAO	7	33,3	33,3	100,0
Total	21	100,0	100,0	

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Tabela 30 - Dado que a percentagem da população feminina é maioritária em são vicente, na sua opinião, a assembleia municipal de são vicente, deveria ser constituída por

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MAIS MULHERES QUE HOMENS	2	9,5	9,5	9,5
	NÚMERO DE MULHERES IGUAL A HOMENS	13	61,9	61,9	71,4
	O MESMO NUMERO,ACTUAL DE MULHERES	1	4,8	4,8	76,2
	UM POUCO SUPERIOR AO NUMERO ACTUAL	5	23,8	23,8	100,0
Total		21	100,0	100,0	

Tabela 31 - Como considera o número de mulheres na assembleia na municipal de são vicente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MUITO POUCO	8	38,1	38,1	38,1
	POUCO	5	23,8	23,8	61,9
	RAZOÁVEL	4	19,0	19,0	81,0
	BOM	4	19,0	19,0	100,0
Total		21	100,0	100,0	

Tabela 32 - Na sua opinião qual o nível de reconhecimento do desempenho das mulheres na assembleia

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	POUCO	4	19,0	19,0	19,0
	RAZOAVELMENTE RECONHECIMENTO	9	42,9	42,9	61,9
	MUITO BEM RECONHECIDO	8	38,1	38,1	100,0
Total		21	100,0	100,0	

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Tabela 33 - Como caracteriza a democracia cabo-verdiana

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	EXCELENTE	1	4,8	4,8	4,8
	MUITO BOM	1	4,8	4,8	9,5
	BOM	7	33,3	33,3	42,9
	RAZOÁVEL	10	47,6	47,6	90,5
	MAU	2	9,5	9,5	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 34 - Sendo a assembleia um dos suportes dessa democracia, qual a apreciação que faz do desempenho da assembleia municipal de são vicente

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MUITO BOM	4	19,0	19,0	19,0
	BOM	8	38,1	38,1	57,1
	RAZOÁVEL	9	42,9	42,9	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 35 - Qual tem, sido a sua colaboração política referente a participação das mulheres na construção e consolidação da democracia cabo-verdiana

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	INCENTIVAR	8	38,1	38,1	38,1
	FORMAR	1	4,8	4,8	42,9
	SENSIBILIZAR	6	28,6	28,6	71,4
	COLABORAR DE UMA FORMA GERAL	6	28,6	28,6	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Tabela 36 - Qual o seu relacionamento com os colegas do sexo oposto

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	EXCELENTE	11	52,4	52,4	52,4
	MUITO BOM	6	28,6	28,6	81,0
	BOM	3	14,3	14,3	95,2
	RAZOAVEL	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 37 - Que tipo de relacionamento mantem com os colegas dos partidos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MUITA COMPRESSÃO	6	28,6	28,6	28,6
	MUITO RESPEITO	14	66,7	66,7	95,2
	APENAS A COMUNICAÇÃO REQUERIDA	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 38 - Qual a sua opinião relativamente só sistema de quotas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	BOM	9	42,9	42,9	42,9
	RAZOÁVEL	9	42,9	42,9	85,7
	MAU	3	14,3	14,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 39 - No seu entendimento as quotas poem em causa a qualidade de uma boa governação? (qualidade vs. quantidade)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	9	42,9	42,9	42,9
	NAO	12	57,1	57,1	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

Tabela 40 - Será esta medida de implementação das leis das quotas uma boa solução para erradicar a problemática da sub-representação das mulheres nos órgãos do poder?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	2	9,5	9,5	9,5
	NAO	8	38,1	38,1	47,6
	TALVEZ	11	52,4	52,4	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Tabela 41 – Cruzamentos de dados entre (%)

		INCLUINDO O MANDATO ACTUAL,QUANTOS MANDATOS JÁ EXERCEU NA QUALIDADE DE ELEITO (A) MUNICIPAL			
		MENOS DE 3 MANDATOS	2 A 3 MANDATOS	MAIS DE 4 MANDATOS	Total
GÉNERO	MASCULINO	38	24	9	15
	FEMININO	10	19	0	6
	Total	48	43	9	21

Tabela 42 – Cruzamentos de dados ente (%)

		NA SUA OPINIÃO QUAL O NÍVEL DE RECONHECIMENTO DO DESEMPENHO DAS MULHERES NA ASSEMBLEIA	
		POUCO	RAZOAVELMENTE RECONHECIDO
COMO CONSIDERA O	MUITO POUCO	14	14
NUMERO DE MULHERES	POUCO	5	10
NA ASSEMBLEIA NA	RAZOÁVEL	0	5
MUNICIPAL DE SÃO	BOM	0	14
VICENTE	Total	19	43

IGUALDADE DE GÊNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

		MUITO BEM RECONHECIDO	Total
COMO CONSIDERA O	MUITO POUCO	10	38
NUMERO DE MULHERES	POUCO	10	25
NA ASSEMBLEIA NA	RAZOÁVEL	14	63
MUNICIPAL DE SÃO	BOM	4	18
VICENTE	Total	38	100

Tabela 43 – Cruzamentos de dados entre (%)

		NO SEU ENTENDIMENTO AS QUOTAS POEM EM CAUSA A QUALIDADE DE UMA BOA GOVERNAÇÃO? (QUALIDADE VS QUANTIDADE)		
		SIM	NÃO	Total
QUAL A SUA OPINIÃO	BOM	14	29	43
RELATIVAMENTE SÓ	RAZOÁVEL	29	14	43
SISTEMA DE QUOTAS	MAU	0	14	14
	Total	43	57	100

Tabela 44 – Cruzamentos de dados entre (%)

		ACHA QUE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS LISTAS DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL É BAIXA		
		FALTA DE MOTIVAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM LUGRES LEGÍVEIS	FALTA DE CONFIANÇA
ACHA QUE A	SIM	10	19	33

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

PARTICIPAÇÃO ATIVA DAS MULHERES, NÓS DIVERSOS SECTORES DA VIDA POLITICA EM CABO VERDE E A SUA REPRESENTATIVIDADE NOS ÓRGÃOS DE DECISÃO, ESTA MUITO LIMITADA	10	4	10
Total	20	23	43

	ACHA QUE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS LISTAS DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL É BAIXA	
	OUTRO	Total
ACHA QUE A PARTICIPAÇÃO ATIVA DAS MULHERES, NÓS DIVERSOS SECTORES DA VIDA POLITICA EM CABO VERDE E A SUA REPRESENTATIVIDADE NOS ÓRGÃOS DE DECISÃO, ESTA MUITO LIMITADA	4	66
	10	34
Total	14	100

Tabela 44 – Cruzamentos de dados entre (%)

		SENDO A ASSEMBLEIA UM DOS SUPORTES DESSA DEMOCRACIA, QUAL A APRECIAÇÃO QUE FAZ DO DESEMPENHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE			
		MUITO BOM	BOM	RAZOÁVEL	Total
NA SUA OPINIÃO	SIM	19	29	29	77

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NÃO EXISTE A IGUALDADE DE PARTICIPAÇÃO DOS ELEITOS	0	10	13	23
Total	19	39	42	100

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

O presente Questionário tem como objectivo a recolha de um conjunto de informações para um trabalho monográfico sobre a “Desigualdade de Género no Acesso ao Poder Político: O Caso da Assembleia Municipal de São Vicente”, visando a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, leccionado na Universidade do Mindelo.

Neste sentido, agradecemos a vossa colaboração e participação, na resposta a todas as questões colocadas. Garantimos que as respostas serão mantidas em anonimato e que serão destinadas apenas para fins académicos.

I. Perfil do Inquirido:

P1. Idade:

1-Menos 20 2-20 á 24 3-
25 á 29 4-30 á 34 5-Mais
34

P2. Género: 1-Masculino 2-Feminino

P3. Formação:

1-Básico
2-Secundário
3-Médio
4-Superior 5-Ns/Nr

II. Experiência Política:

P4. Incluindo o Mandato Actual, quantos mandatos já exerceu na qualidade de Eleito(a) Municipal: _____

P5. Exerceu também algum mandato na Câmara Municipal, Assembleia Nacional ou Governo:

1-Sim 2-Não 3-
Ns/Nr

P6. Se sim, indique onde:

1-Câmara Municipal 2-Assembleia
Nacional 3-Governo 4-Ns/Nr

III. Igualdade de Género

P7. Na sua opinião, na Assembleia Municipal, existe a igualdade de participação dos Eleitos:

1-Sim 2-Não 3-Ns/Nr

P8. Será que os padrões culturais e sociais em Cabo Verde, proporcionam um papel de destaque aos homens, na Assembleia Municipal, em detrimento das mulheres:

1-Sim 2-Não 3-Talvez
4-Ns/Nr

P9. O quadro legal, em Cabo Verde, preconiza a igualdade de direitos, proibindo discriminação em função do género. Concorde que ainda persiste na prática a violação dos direitos da mulher:

1-Sim 2-Não **Passe p/11** 3-
Ns/Nr

P-10. Se sim, indique os possíveis motivos:

1-Falta de informação 2-Políticas do
Governo
3-Comportamento da Sociedade
4-Opção dos Partidos Políticos 5-
Nenhum desses Motivos
6-Ns/Nr

IV. Participação Política da Mulher:

P-11. Acha que a participação das mulheres nas listas para a Assembleia Municipal é baixa

1-Sim 2-Não

P12. Quais os motivos para essa participação baixa das mulheres na AM.

1-Falta de motivação
2-Participação em Lugares não
Elegíveis
3-Falta de confiança na Política 4-
Outro/(Indique):

P13. Acha que a participação activa das Mulheres, nos diversos sectores da vida política em Cabo Verde e a sua representatividade nos órgãos de decisão, está muito limitada:

1-Sim 2-Não 3-Ns/Nr

IGUALDADE DE GÉNERO NO PODER LOCAL EM SÃO VICENTE
Caso da Assembleia Municipal

P14. Dado o equilíbrio existente entre a população masculina que é (50,4) e feminina (49,6) em São Vicente, na sua opinião, a Assembleia Municipal de São Vicente, deveria ser constituída por :

- 1-Mais Mulheres que Homens
- 2-Número de Mulheres igual a Homens
- 3-O mesmo número, actual de Mulheres
- 4-Um pouco superior ao número atual

P15 Como considera o número de Mulheres na Assembleia Municipal de São Vicente:

- 1-Muito pouco 2-Pouco
- 3-Razoável 4-Bom
- 5-Muito Bom 6-Ns/Nr

P16 Na sua opinião qual o nível de reconhecimento do desempenho das Mulheres na Assembleia:

- 1- Pouco reconhecido
- 2- Razoavelmente reconhecido
- 3-Muito bem reconhecido
- 4-Ns/Nr

V. *Qualidade da Democracia CV*

P17. Como caracteriza a democracia Cabo-verdiana:

- 1-Excelente 2-Muito Bom
- 3-Bom 4-Razoável
- 5-Mau 6-Ns/Nr

P18. Sendo a Assembleia um dos suportes dessa democracia, qual a apreciação que faz do desempenho da Assembleia Municipal de São Vicente

- 1-Excelente 2-Muito Bom 3-Bom

P19. Qual tem, sido a sua colaboração política referente a participação das mulheres na construção e consolidação da democracia Cabo-verdiana:

- 1-Incentivar 2-Forma 3-Sensibilizar
- 4-Colaborar de uma forma geral
- 5-Ns/Nr

VI. *Relacionamento com os Colegas*

P20. Qual o seu relacionamento com os colegas do sexo oposto:

- 1-Excelente 2-Muito Bom 3-Bom
- 4-Razoável
- 5-Mau 6-Ns/Nr

P21. Que tipo de relacionamento mantém com os colegas dos partidos opostos:

- 1-Muita Compreensão
- 2-Muito Respeito
- 3-Apenas a Comunicação Requerida
- 4-Nenhum tipo de Relacionamento
- 5-Outro tipo/(Indique):

_____ □

VII. *Quotas*

P22 Qual a sua opinião relativamente ao Sistema de Quotas:

- 1-Excelente 2-Muito Bom
- 3-Bom 4-Razoável
- 5-Mau 6-Ns/Nr

P23. No seu entendimento as quotas põem em causa a qualidade de uma boa governação? (Qualidade Vs quantidade)

- 1-Sim 2-Não 3-Ns/Nr

P24. Será esta medida de implementação das leis das quotas uma boa solução para erradicar a problemática da sub-representação das mulheres nos órgãos do poder?

- 1-Sim 2-Não 3-Talvez
- 4- Ns/Nr

- 4-Razoável 5-Mau 6-Ns/Nr